

Relatório e Contas



2012

<p>† Órgãos Sociais</p>		<p>Página 2</p>
<p>† Relatório de Gestão</p>		<p>4</p>
<p>† Documentos de Prestação de Contas</p>		
<p>- Demonstração dos resultados por natureza</p>		<p>28</p>
<p>- Balanço</p>		<p>29</p>
<p>- Demonstração das alterações no capital próprio</p>		<p>30</p>
<p>- Demonstração de fluxos de caixa</p>		<p>31</p>
<p>- Anexo às demonstrações financeiras</p>		<p>32</p>
<p>† Relatório e Parecer do Conselho Fiscal</p>		
<p>- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal</p>		<p>72</p>
<p>† Certificação Legal das Contas</p>		
<p>- Certificação Legal das Contas</p>		<p>74</p>



ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

João José Alves Pereira
Presidente

José Joaquim Sousa Fernandes
Vice-presidente

Maria Leonor Ferreira Marques
Secretário

Conselho de Administração

Fernando José Gomes Rodrigues
Presidente

Agostinho Alves Pinto
Administrador

Domingos Manuel Pinto Batista Dias
Administrador

Fernando Pereira Campos
Administrador

João Gonçalves Martins Batista
Administrador

António Manuel Carvalho Rodrigues
Administrador

Fiscal Único

Carlos de Jesus Pinto de Carvalho, em representação de
Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



[Handwritten signature in blue ink]

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2012

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos do Art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais, submetemos à Vossa apreciação o Relatório de Gestão, Balanço e Contas do Exercício de 2012.

Introdução

A EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A., doravante designada por EHATB ou sociedade, tem por objeto social as atividades de construção, exploração e produção de energia com origem nos recursos renováveis, nomeadamente nos domínios hídrico, eólico, solar, geotérmico, da biomassa e do bio-gás e ainda de aproveitamento dos demais recursos naturais ou outros da região, nomeadamente através da participação e ou organização de eventos de promoção de produtos e serviços da região e, ainda, atividades de recolha, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos, de fornecimento e tratamento de água para abastecimento urbano e a recolha e tratamento de efluentes, a atividades de aferição metrológica de instrumentos de medição, e de medição de ruído, com vista à promoção do desenvolvimento económico da região ou da sua qualidade de vida.

A Empresa poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares,

designadamente, atividades de elaboração de estudos e projetos de engenharia e arquitetura, e de conceção, gestão e exploração de laboratórios para controlo da qualidade das águas e dos efluentes.

Estrutura Societária

O capital social da Empresa ascende a **900.000 €**, repartido da seguinte forma:

Sócios	PAÍS DE LOCALIZAÇÃO DA SEDE	PARTICIPAÇÃO DIRECTA NO CAPITAL		PARTICIPAÇÃO DIREITOS DE VOTO %
		%	€	
Município de Boticas	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Município de Chaves	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Município de Montalegre	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Município de Ribeira de Pena	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Município de Valpaços	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Município de Vila Pouca de Aguiar	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Total		100,00%	900.000,00	100,00%

Enquadramento Legal Relevante

O ano de 2012 manteve o quadro normativo do setor das energias renováveis.

Publicação da lei 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais. Foram alterados os estatutos da Empresa, de acordo com a referida lei.

Enquadramento do Sector

A eletricidade de origem renovável foi responsável por 38% por cento do total do consumo elétrico em Portugal continental no ano de 2012,

segundo o balanço à produção de eletricidade da Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN).

Em 2012, a produção de eletricidade de origem renovável em regime especial (PRE-FER) foi responsável por 26 por cento da eletricidade consumida em Portugal, dos quais 20 por cento foram provenientes da energia eólica.

Evolução dos negócios

A atividade da sociedade em 2012 manteve como principal fonte de proveitos a exploração industrial do Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas, que continua a contribuir de uma forma evidente para o desenvolvimento da empresa.

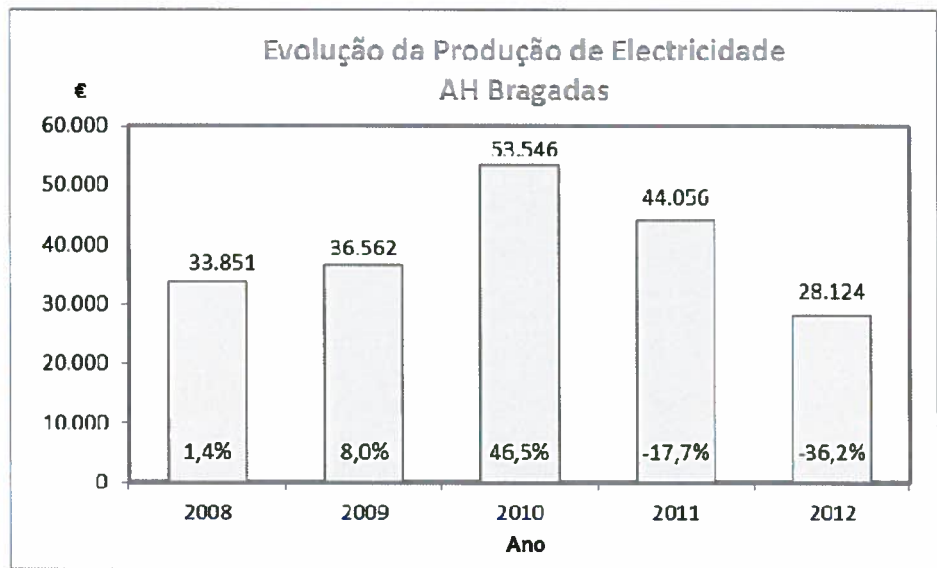
Das atividades da sociedade desenvolvidas no ano de 2012 merecem menção especial, as previstas nos Contratos Programas celebrados com os Municípios acionistas, para além da já referida exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas, a gestão do Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alvalá e a prestação de serviços de assessoria às empresas:

- Empreendimento Eólico de Alvalá Lda.,
- Eólica da Padrela Lda.,
- Empresa Eólica do Barroso, Lda.,
- Atberg - Eólica do Alto Tâmega e Barroso Lda.,
- Eólica de Atilhó, Lda.,
- Eólica de Barbadães, Unipessoal Lda.,
- Eólica de Leiranco, Unipessoal Lda. e
- Eólica da Serra de Mairos, Unipessoal Lda.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas

O Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas durante o ano de 2012 teve uma produção inferior ao ano médio de (-29,8%), correspondendo a um decréscimo das vendas de eletricidade de 33,8%, e menos 36,2% em relação ao ano de 2011



A estratégia de diversificação de negócios encetada pela empresa em devido tempo, através das suas sociedades participadas, nomeadamente no setor da energia eólica, encontra-se a gerar importantes resultados que vêm complementar os proveitos gerados pelo Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F', 'Du', and 'M']

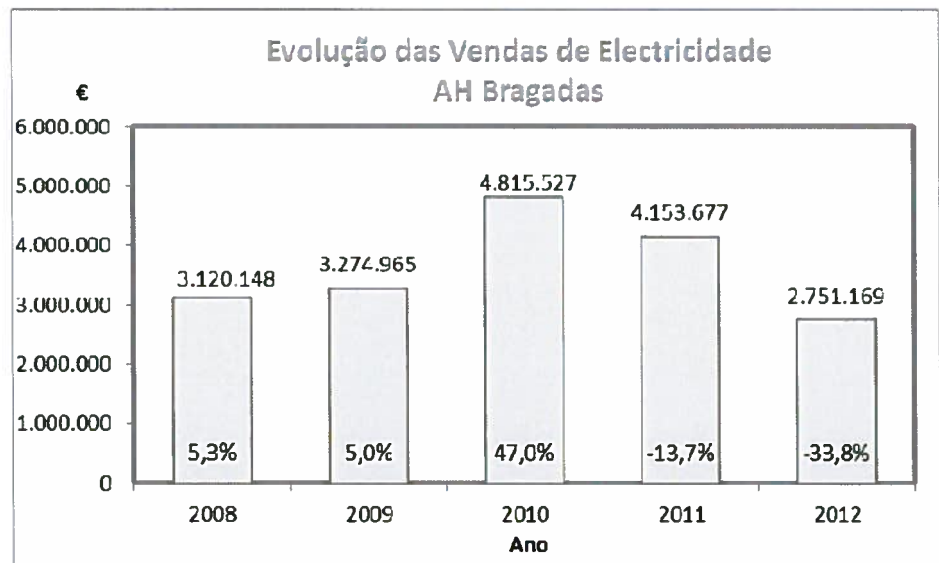
Aproveitamento Hidroeléctrico de Alvalá

No âmbito do Aproveitamento Hidroeléctrico do Rio Alvalá, empreendimento pertencente às Câmaras Municipais do Alto Tâmega, desenvolveram-se diversos trabalhos e tarefas relacionados com a sua gestão, controle do empreendimento, vistorias periódicas às obras e ao equipamento, elaboração de relatórios diários, análise do funcionamento dos equipamentos e registo de todas as operações de manutenção e de exploração.

Análise Económica e Financeira

Proveitos

O exercício de 2012, como nos anos anteriores, foi fortemente influenciado pela exploração do Aproveitamento Hidroeléctrico de Bragadas, cuja faturação à EDP Distribuição SA, da produção de energia eléctrica, se cifrou em **2.751.169,00 €**, (4.153.770 em 2011).

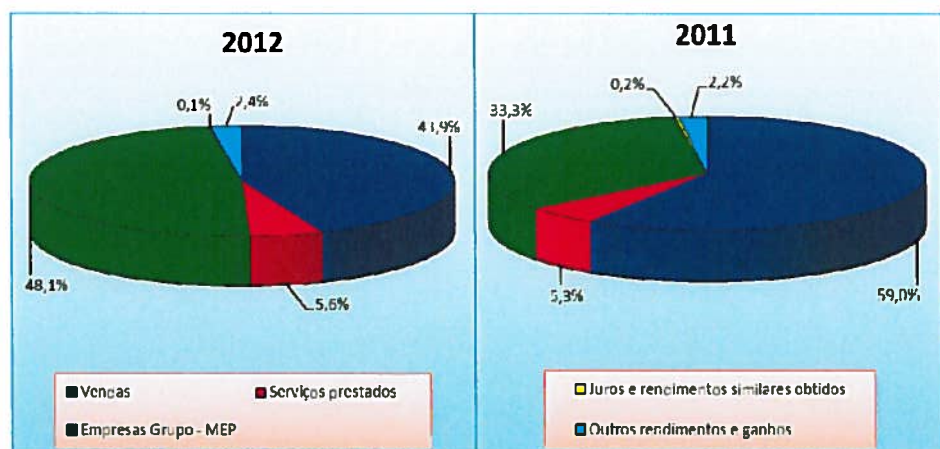


Também contribuíram para os proveitos deste exercício:

- os serviços prestados de assessoria à gestão do Aproveitamento Hidroeléctrico do Rio Alvia e às empresas participadas: EEA, Atberg, Padrela, Barroso, Atilho, Barbadães, Leiranco e Serra de Mairos atingiram os 380.867 € ;
- os rendimentos e ganhos em subsidiárias contribuíram neste exercício com 3.049.574 € (2.37.386 em 2011),
- os juros obtidos de depósitos bancários foram de 4.460 €;
- os outros rendimentos e ganhos essencialmente relacionados com o reconhecimento de subsídios ao investimento referentes ao A. H. de Bragadas foram de 149.933 €;

Contrariando a diminuição da performance operacional do AH de Bragadas (-33,8%) os ganhos provenientes das prestações de serviços às subsidiárias e associadas cresceram 8,12%. Os rendimentos globais da sociedade diminuíram - 9,61% face ao exercício anterior, cifrando-se nos **6.336.003 €** (7.010.008 € em 2011)

Estrutura de Proveitos



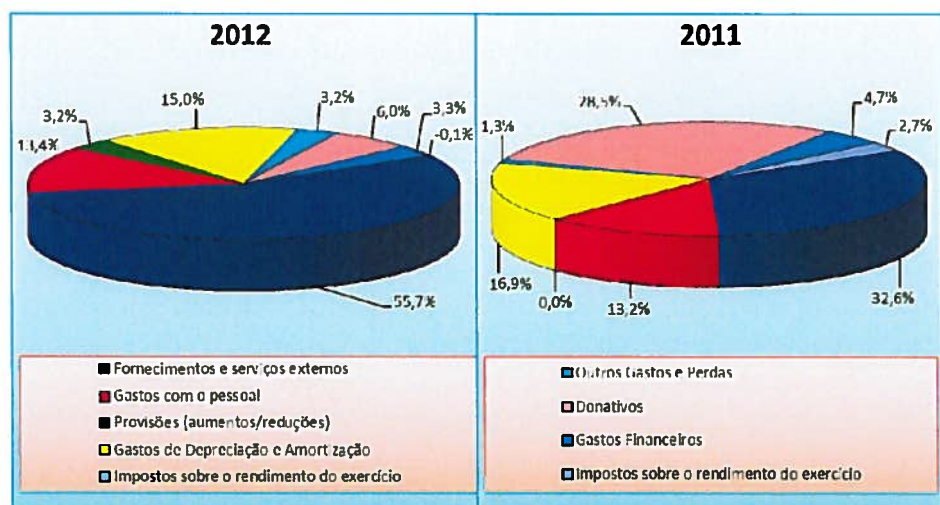
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Face ao aumento significativo do rendimento das participadas (+ 30 %) a estrutura de proveitos sofreu uma ligeira alteração, passando o maior peso face ao total dos ganhos advir do rendimento das participadas. Assim, e face período de 2011, as receitas provenientes da produção elétrica do A H de Bragadas, registaram um peso relativo no total dos rendimentos de 43,9%, contra os 59,0%, do período anterior, e os ganhos provenientes das sociedades participadas, cuja influência nos rendimentos da sociedade tem um carácter muito importante, registaram um peso relativo de 48,1% contra os 33,3%, face ano anterior.

Gastos

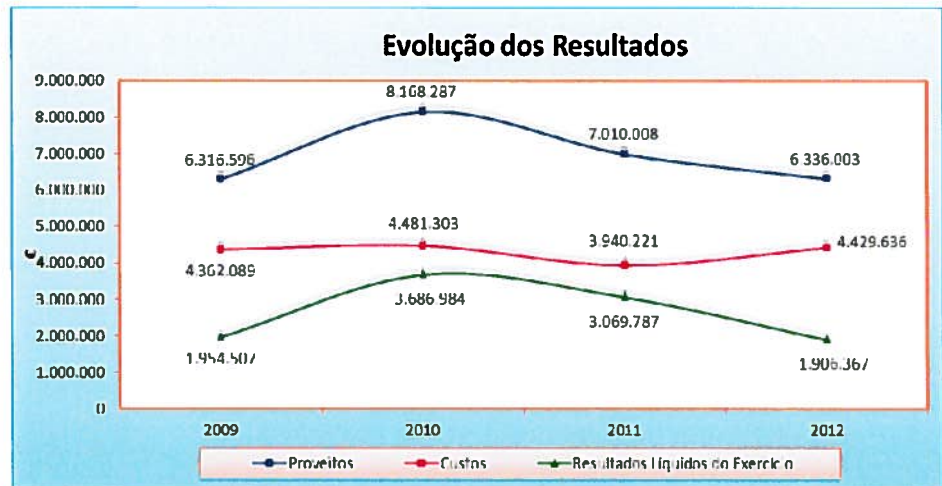
Os gastos registados no exercício de 2012, no montante de **4.429.636 €** apresentaram um aumento face ao ano transato de 12,04%, que estão essencialmente ligados a duas rubricas: ao aumento dos fornecimentos e serviços externos (em cerca de 93%), e dos gastos com pessoal (cerca de 14,00%).

Estrutura de Gastos



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Resultados



Os resultados líquidos do exercício, tendo em conta os fatores acima mencionados, registaram um decréscimo de 37,9%, face ao ano anterior.

Indicadores Económicos e Financeiros

A EHATB, continua a apresentar indicadores económico-financeiros sólidos. Manteve-se um crescimento ao nível da sua autonomia financeira, reduzindo consolidadamente os riscos de solvabilidade da empresa, neste conturbado enquadramento económico português e de turbulência nos mercados financeiros internacionais, cujas condições financeiras tendem a ser globalmente mais restritivas.

A sociedade atingiu, em 2012, resultados antes de impostos positivos (1.901.747€), cumprindo com o disposto no artigo 40.º da Lei 50/ 2012.

Indicadores Económicos e Financeiros	2012	2011
Volume de Negócios	3.132.036	4.506.018
Cash Flow Operacional	1.475.516	3.398.073
EBIT	2.044.357	3.346.542
EBITDA	2.710.537	4.013.499
Equilíbrio Financeiro (Art. 40.º Lei 50/2012)	1.901.748	3.178.102
Grau de Autonomia Financeira	68,9%	66,3%
Debt to Equity	45,2%	50,7%
Activo Fixo Líquido / Capitais Próprios	1,45	1,51
Passivo Financeiro / Capitais Próprios	0,33	0,41
Liquidez Geral	1,17	1,67
Liquidez Imediata	0,37	0,62
Rentabilidade das Vendas	60,9%	68,1%
Rentabilidade do Activo	8,2%	13,3%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	11,9%	20,1%
Gastos Operacionais / EBITDA	152,8%	90,8%
Gastos com Pessoal / EBITDA	21,9%	13,0%
EBITDA / Encargos Financeiros Líquidos	1349,1%	1676,3%

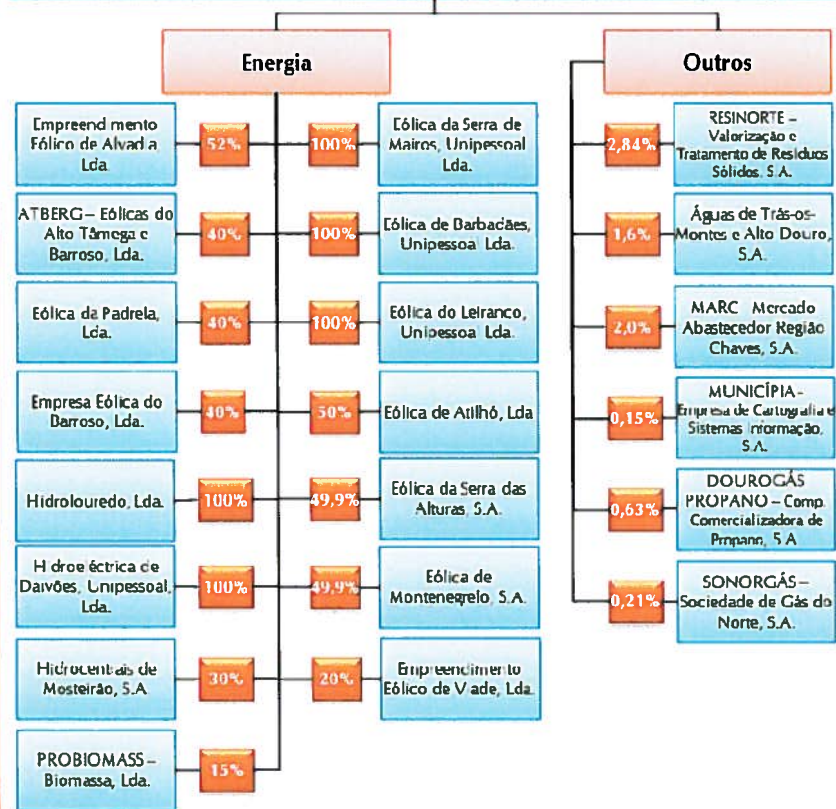
Participações Societárias

A Administração procurou ao longo dos anos seguir uma estratégia de diversificação dos negócios com vista à criação dos alicerces que permitiriam acrescentar valor à sociedade e atingir um nível elevado de rentabilidade para os acionistas. Desta forma, em 31 de Dezembro de 2012, a Empresa detinha as seguintes participações:

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

ESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS ACTUAIS

EHATB - Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA

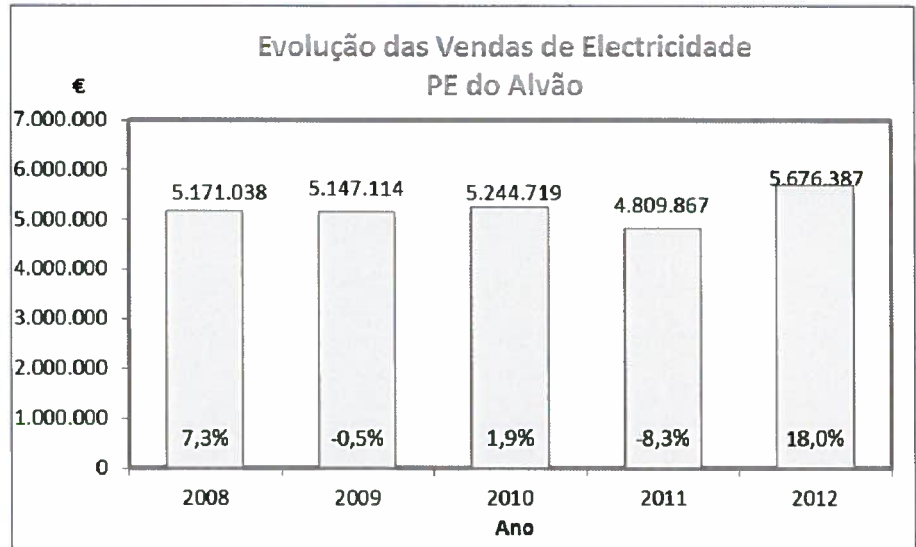


[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Energia

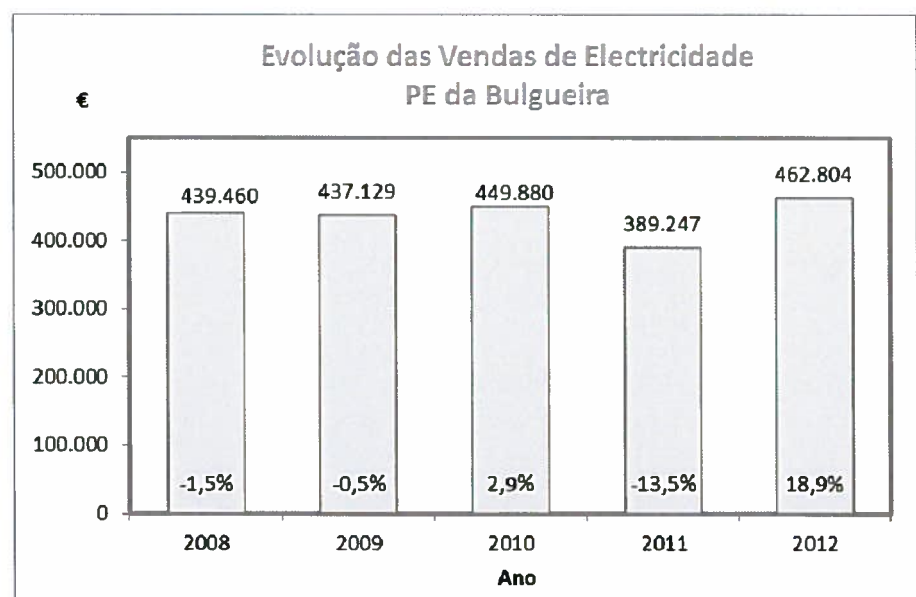
- Empreendimento Eólico de Alvadia, Lda.**

A EEA, detém o Parque Eólico do Alvão, no concelho de Vila Pouca de Aguiar de 22,8 MW de potência instalada, com 12 aerogeradores.



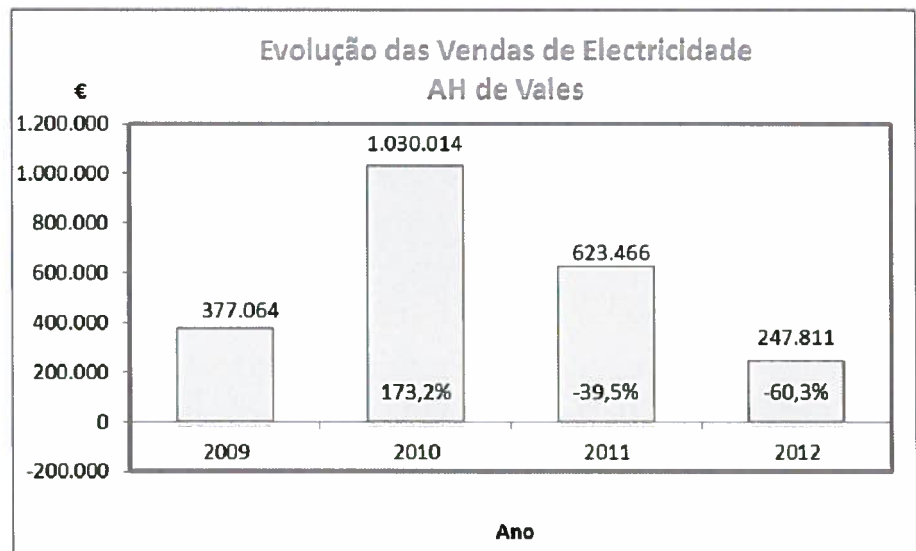
- ATBERG – Eólicas do Alto Tâmega, Lda.**

A ATBERG detém o Parque Eólico da Bulgueira, no concelho de Ribeira de Pena, de 2,4 MW de potência instalada, com 3 aerogeradores.

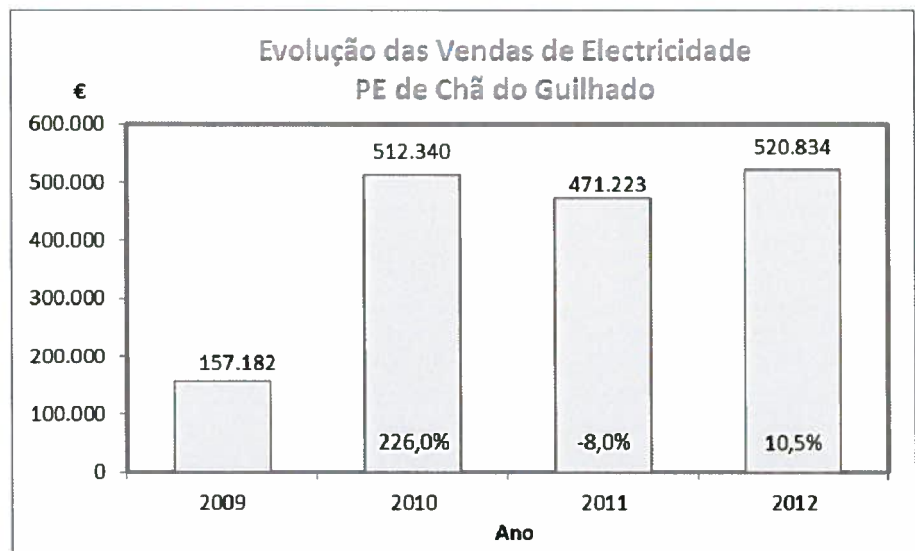


[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Esta sociedade possui, ainda, o Aproveitamento Hidroeléctrico de Vales, de 3,2 MW, situado no Rio Tinhela, no concelho de Vila Pouca de Aguiar.



A ATBERG detém também o Parque Eólico de Chã do Guilhado, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, com um aerogerador de 2MW.

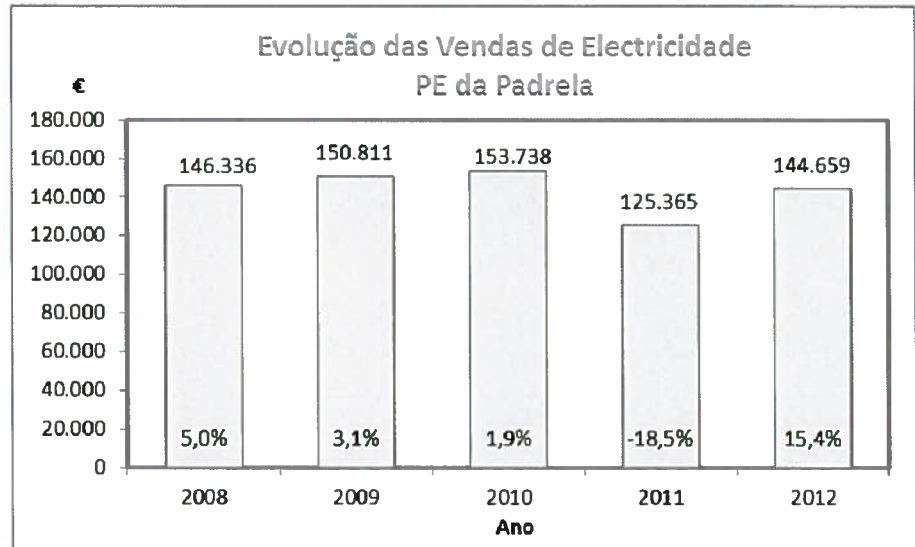


[Handwritten signature]

- **Eólica da Padrela, Lda.**

A “Eólica da Padrela Lda”, detém o Parque Eólico da Padrela, constituído por um aerogerador de 600 KW, no concelho de Vila Pouca de Aguiar.

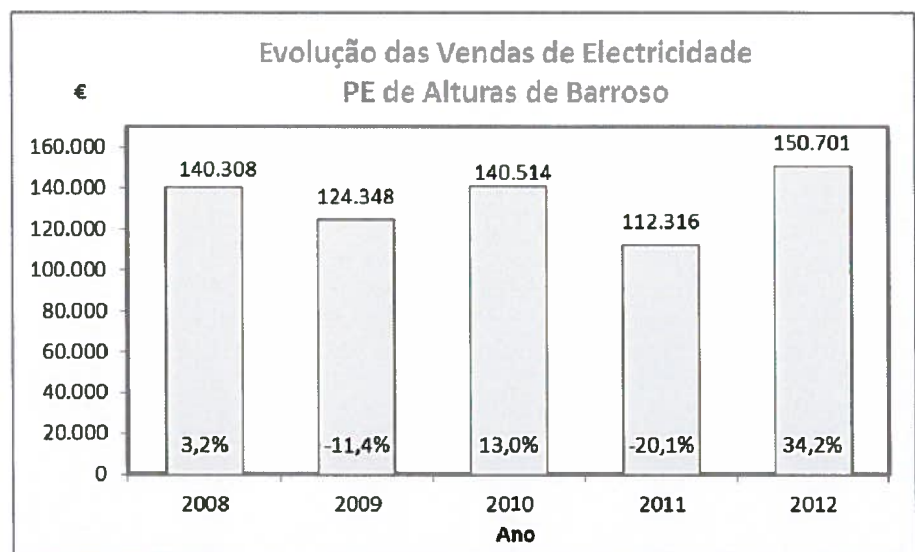
[Handwritten initials]



[Handwritten initials]

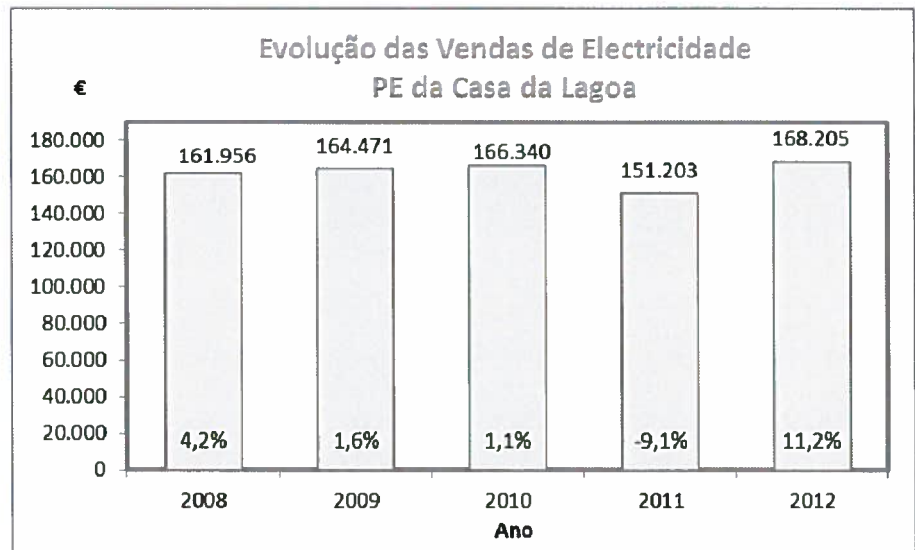
- **Empresa Eólica do Barroso, Lda.**

Esta sociedade detém o Parque Eólico de Alturas do Barroso, constituído por um aerogerador de 600 KW, no concelho de Boticas.



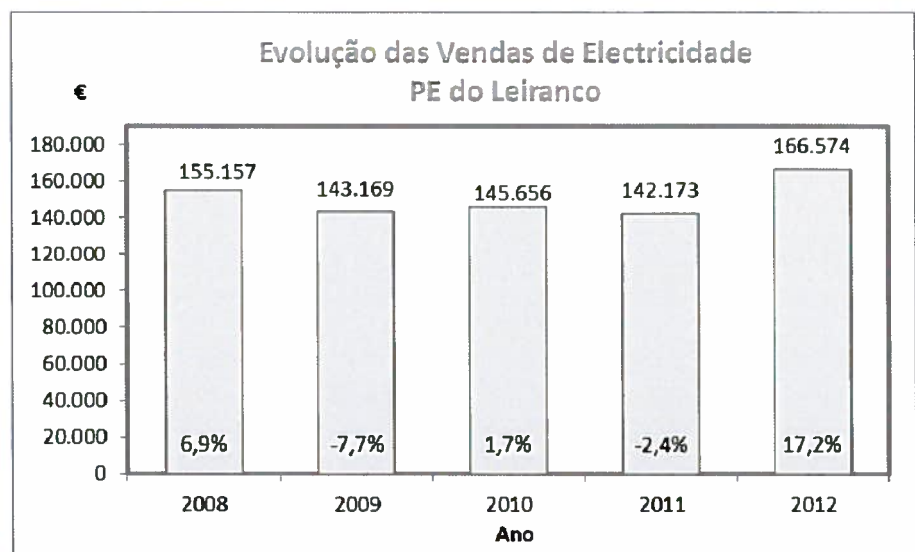
- **Eólica de Barbadães, Unipessoal Lda.**

A “Eólica de Barbadães, Unipessoal Lda.”, detém o Parque Eólico da Casa da Lagoa, constituído por um aerogerador de 600 KW, no concelho de Vila Pouca de Aguiar.



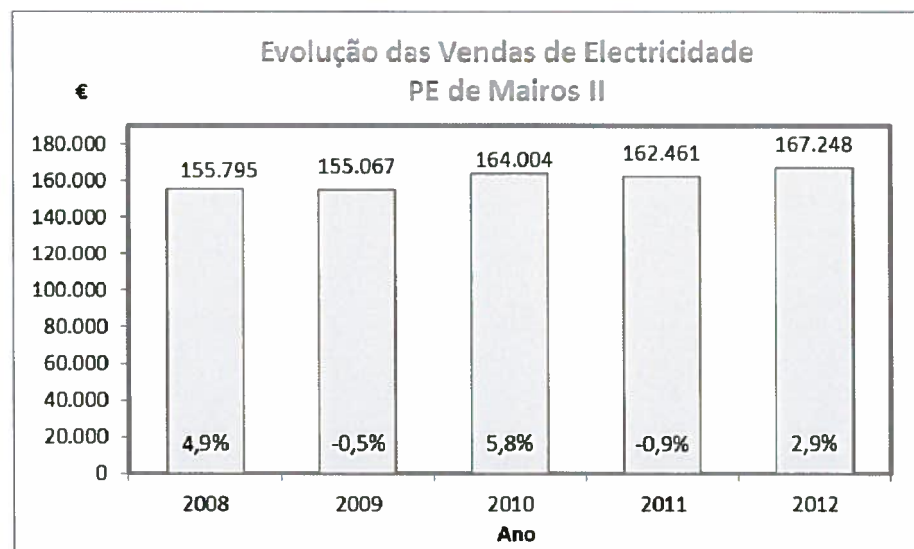
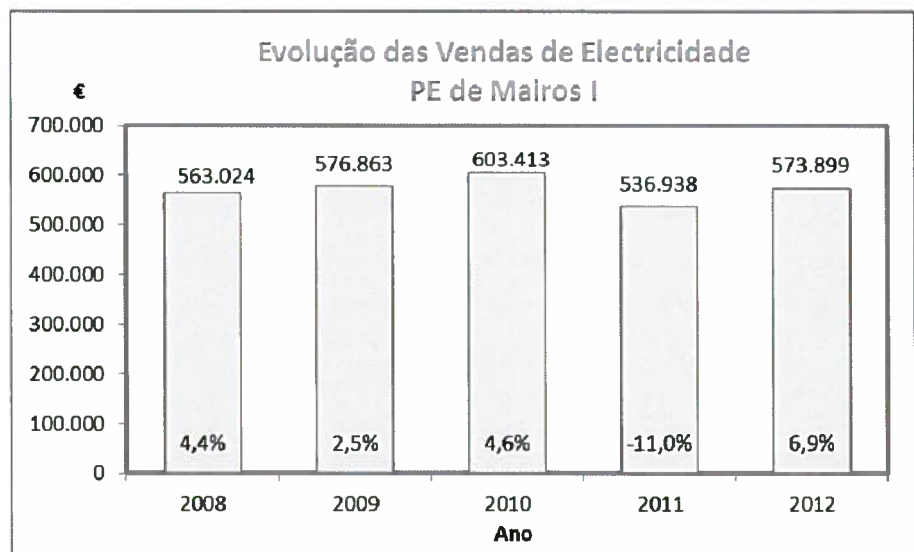
- **Eólica do Leiranco, Unipessoal Lda.**

A “Eólica do Leiranco, Unipessoal Lda.”, possui o Parque Eólico do Leiranco, constituído por um aerogerador de 600 KW, no concelho de Boticas.



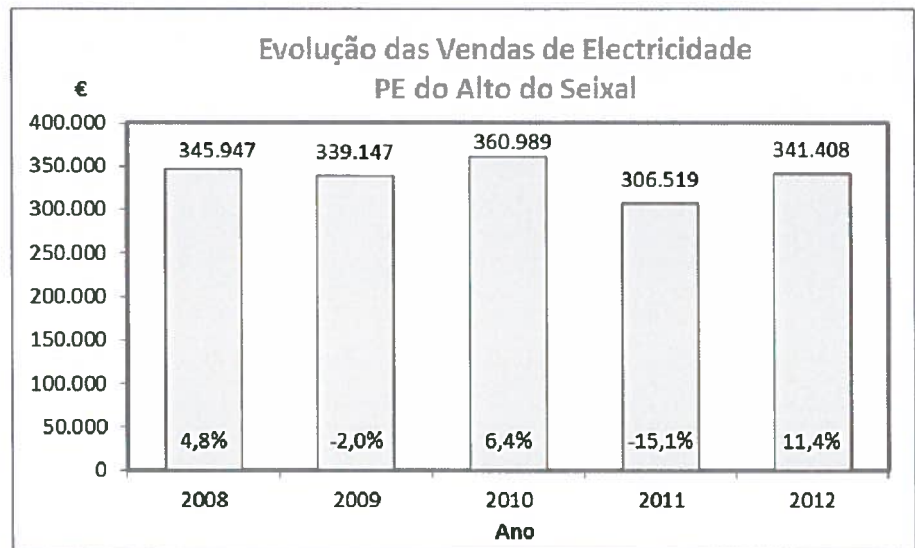
- **Eólica da Serra de Maios, Unipessoal Lda.**

A “Eólica da Serra de Maios, Unipessoal Lda.”, detém o Parque Eólico de Maios I, constituído por dois aerogeradores, um de 600 KW e outro de 2000 KW, e o Parque Eólico de Maios II, constituído por um aerogerador de 600 KW, no concelho de Chaves.



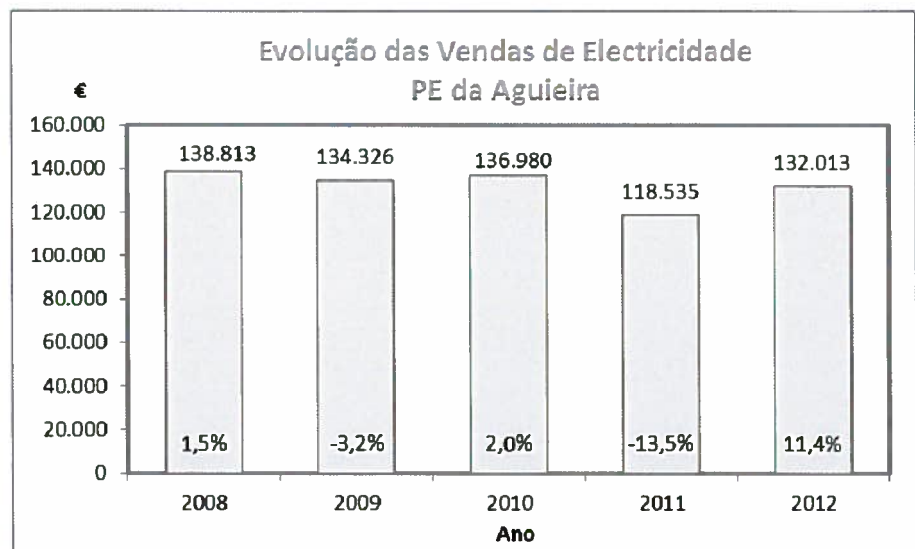
- **Eólica de Atilhó, Lda.**

A “Eólica de Atilhó, Lda.”, possui o Parque Eólico do Alto do Seixal, constituído por dois aerogeradores de 800 KW, no concelho de Boticas.



- **Empreendimento Eólico de Viade, Lda.**

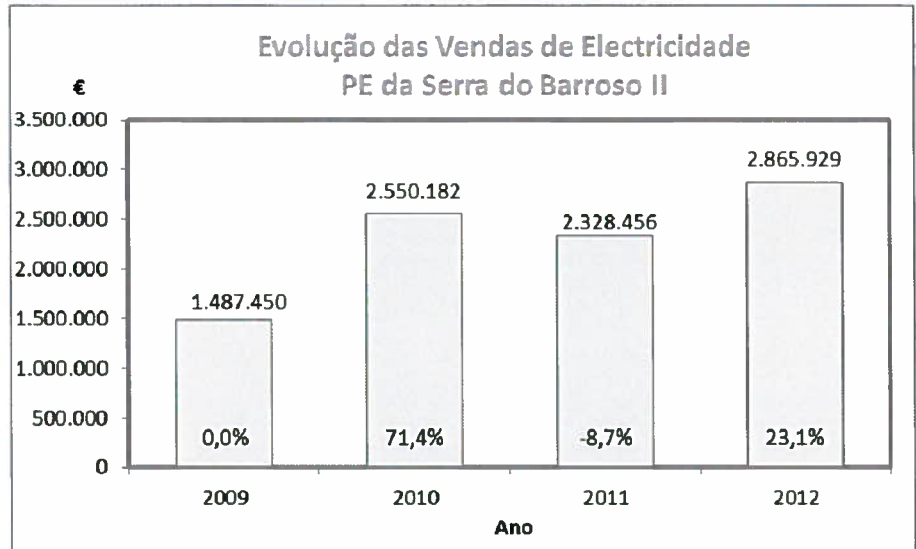
Esta sociedade explora o Parque Eólico da Aguieira, constituído por um aerogerador de 600 kW, situado no concelho de Montalegre.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

- **Eólica da Serra das Alturas, S.A.**

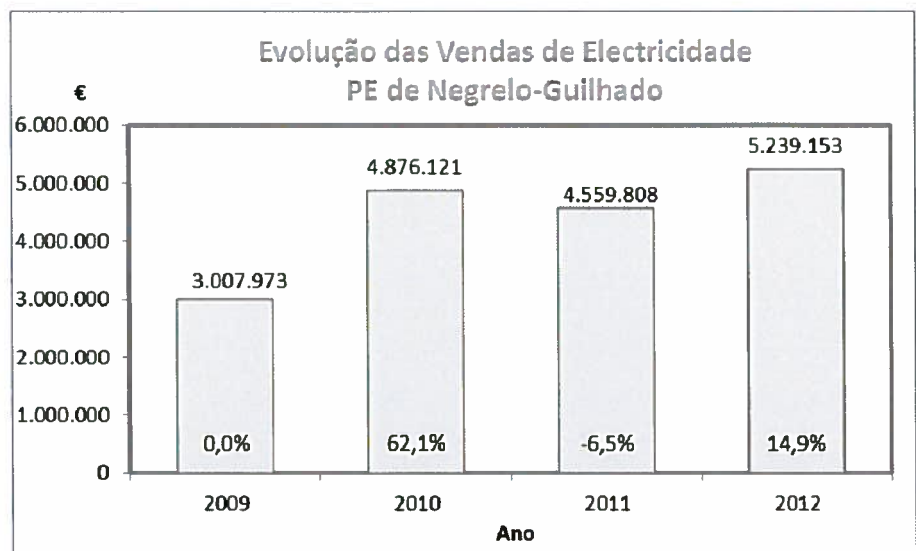
Esta sociedade detém o Parque Eólico do Barroso II, situado no concelho de Boticas, com 5 aerogeradores de 2 MW de potência.



Handwritten blue initials and marks on the right side of the chart.

- **Eólica de Montenegro, S.A.**

Esta sociedade detém o Parque Eólico de Negrelo / Guilhado, situado no concelho de Vila Pouca de Aguiar, com 10 aerogeradores de 2 MW de potência.



- **Hidroelétrica de Daivões, Unipessoal, Lda.**

Esta sociedade, detida a 100%, pela EHATB, tem como objetivo a promoção, construção e exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Daivões, situado no rio Tâmega, no concelho de Ribeira de Pena, com uma potência prevista de 10 MW.

- **Hidrocentrais de Mosteirão, S.A.**

Esta sociedade tem como objetivo o Aproveitamento Hidroelétrico de Mosteirão, situado no Rio Terva, no concelho de Boticas, com uma potência base de 7.990 kVA.

- **Hidrolouredo, Lda.**

Esta sociedade é detida a 100% pela EHATB, tem como objetivo a promoção, construção e exploração de um aproveitamento hidrelétrico no rio Louredo, situado no concelho de Ribeira de Pena.

- **Probiomass - Biomassa, Lda.**




Em Julho de 2008, foi constituída a sociedade “Probiomass - Biomassa, Lda.” que pretende construir e explorar uma central termoelétrica a biomassa floresta, cuja potência instalada é de 11 MVA.

Outras

- **RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.**

A EHATB detém 2,84% desta sociedade cujo objetivo assenta na valorização e tratamento dos resíduos sólidos do Alto Tâmega, que resulta do processo de fusão das sociedades REBAT — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos do Baixo Tâmega, S. A., RESAT — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A., e RESIDOURO — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.

No âmbito deste processo de fusão, a EHATB vendeu 573.008 ações da sociedade RESAT, à EGF – Empresa Geral de Fomento S.A. pelo seu valor nominal, tendo ficado detentor de 11,35% do capital social da RESAT, valor que após o processo de fusão das mencionadas sociedades correspondeu à detenção de 2,84% do capital social da RESINORTE. A EHATB, já demonstrou a intenção de alienar a totalidade da sua participação junto dos restantes acionistas da sociedade.



- **Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.**

O objetivo desta sociedade baseia-se na construção e gestão do Sistema de Abastecimento de Águas e Saneamento de Trás-os-Montes.

A EHATB detém cerca de 1,66% do seu Capital Social.

- **MARC - Mercado Abastecedor Região Chaves, S.A.**

A EHATB detém ações representativas de 2% do capital da sociedade, cujo objetivo assenta na construção e gestão do Mercado Abastecedor da Região de Chaves

- **MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas Informação, S.A.**

A EHATB detém ações representativas de 0,15% do capital da sociedade, cujo objetivo assenta nas áreas da produção de Cartografia e Sistemas de Informação Geográfica.

- **Dourogás Propano – Companhia Comercializadora de Propano, S.A.**

A EHATB detém ações representativas de 0,63% do capital da sociedade que é responsável pela distribuição de gás propano nas zonas não concessionadas do interior norte do país.

- **Sonorgás – Sociedade de Gás do Norte, S.A.**

A EHATB detém ações representativas de 0,21% do capital da sociedade que presta o serviço público de distribuição de gás natural a

uma vasta área do interior norte do país. No ano de 2010 houve uma diminuição da participação social, uma vez que por decisão da Administração, foi deliberado não participar no seu aumento de capital.

Evolução previsível da sociedade e factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

Na sequência da publicação da lei 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, no sentido de fazer cumprir o que dispõe este diploma, designadamente nos seus artigos 38º e 68º que tem por objetivo a extinção de uma “segunda linha” de participações sociais de empresas locais, foi deliberado, em Assembleia Geral de Acionistas de 23 de Janeiro de 2013, o seguinte:

- a) Alienar a título gratuito, aos acionistas, Municípios de Boticas e de Chaves, a participação social detida pela empresa, respetivamente, na empresa local “Municípiã-Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A” e na sociedade “MARC-Mercado Abastecedor da Região de Chaves, S.A.”;
- b) Alienar, a título gratuito, a cada um dos Municípios acionistas, um sexto da participação detida pela empresa nas sociedades RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. e Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.;
- c) Alienar a terceiros a participação social detida pela empresa nas sociedades “DOUROGÁS PROPANO - Companhia Comercializadora de Propano, S.A”, “SONORGÁS-Sociedade de Gás do Norte, S.A” e “PROBIOMASS-BIOMASSA, LDA”;

- d) Dissolver as empresas “Hidrolouredo- Hidroeléctrica do Louredo, Lda.”, “Hidroeléctrica de Daivões, Unipessoal, Lda.” e “Hidrocentrais de Mosteirão, SA.”;
- e) Alienar, a título gratuito e em regime de contitularidade, a cada um dos Municípios acionistas, um sexto indiviso das quotas detidas pela empresa nas sociedades EEA-Empreendimento Eólico de Alvia, Lda, Eólica de Atilhó, Lda, Eólica da Padrela, Lda, Empresa Eólica do Barroso, Lda, ATBERG-Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda, Empreendimento Eólico de Viade, Lda. Eólica da Serra das Alturas, SA e Eólica de Montenegro, SA;
- f) Fundir por incorporação as sociedades EHATB-Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A (sociedade incorporante), e Eólica de Barbadães, Unipessoal, Lda, Eólica do Leiranco, Unipessoal, Lda e Eólica da Serra de Mairos, Unipessoal, Lda (sociedades incorporadas).

Foi já aprovado pelos órgãos municipais dos respetivos acionistas a alienação das participações sociais anteriormente referidas, no âmbito da faculdade concedida pela alínea a) do nº4 do artigo 68º dessa Lei.

Como vimos, o cumprimento do disposto na lei 50/2012 terá, certamente, um impacto significativo na vida da sociedade. De fato, em particular com a alienação, a título gratuito de participações sociais detidas, a estrutura dos ativos e os capitais próprios agora apresentados sofrerão enormes alterações no próximo exercício de 2013. Recordamos que a conta “investimentos financeiros” inclui o valor de 12.534.737,89 €, correspondente às participações que irão ser entregues aos municípios acionistas.

Apesar disso, a empresa irá continuar com o desenvolvimento das atividades relacionadas com a exploração do Aproveitamento

Hidroeléctrico de Bragadas, da gestão do Aproveitamento Hidroeléctrico do Rio Alvalá e ainda da prestação de serviços de assessoria, o que assegurará a continuação de um desempenho rentável e o cumprimento dos contratos programa celebrados com os municípios acionistas.

Aplicação dos Resultados

O resultado líquido do exercício traduziu-se num lucro de **1.906.367,15 €**, pelo que o Conselho de Administração, propõe que esse lucro tenha a seguinte aplicação:

- **Resultados Transitados** **1.906.367,15 €**

Notas Finais

De referir ainda que, no exercício não foram constituídas provisões, não se registaram quaisquer operações sobre quotas próprias.

Igualmente não foram concedidas autorizações ao abrigo do Art.º 397 do Código das Sociedades Comerciais para negócios entre a Sociedade e seus Administradores.

No final do exercício não existiam quaisquer dívidas ao Estado e à Segurança Social, em situação de mora.

Existe um processo de liquidação de IVA relativo ao exercício de 2008 no montante de 137.722,75, (valor já totalmente entregue nos cofres do estado), que deu lugar por parte da empresa a recurso hierárquico, que foi objeto de indeferimento. Foi já em 2013 interposto recurso judicial.

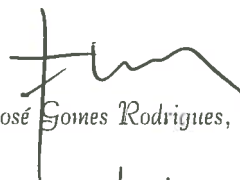
Agradecimentos

Não pode o Conselho de Administração terminar sem uma palavra de agradecimento:

- Aos colaboradores, por todo o seu esforço e dedicação;
- Às autoridades oficiais, nomeadamente à Direcção-Geral de Energia e Geologia, ao Instituto de Conservação da Natureza, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e à Administração da Região Hidrográfica do Norte, pela compreensão demonstrada;
- Ao Grupo EDP pela colaboração e apoio demonstrado;
- Ao Grupo Caixa Geral de Depósitos pelo apoio concedido;
- Ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração concedida;
- Aos acionistas pela confiança depositada.

Ribeira de Pena, 19 de Abril de 2013

O Conselho de Administração




Fernando José Gomes Rodrigues, Presidente



Agostinho Alves Pinto



Domingos Manuel Pinto Batista Dias



Fernando Pereira Campos



João Gonçalves Martins Batista



António Manuel Carvalho Rodrigues

[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31-Dez-12	31-Dez-11
Vendas e serviços prestados	5	3.132.036,45	4.506.017,66
Vendas		2.751.168,99	4.153.770,19
Serviços Prestados		380.867,46	352.247,47
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-601,77	-1.948,16
Fornecimentos e serviços externos	7	-2.473.853,10	-1.283.559,48
Gastos com o pessoal	8	-593.437,62	-521.921,73
Provisões (aumentos/reduções)	9	-143.944,09	
Outros rendimentos e ganhos	10	3.199.506,99	2.488.390,12
Outros gastos e perdas	11	-409.170,03	-1.173.479,17
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.710.536,83	4.013.499,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	14 E 15	-666.179,40	-666.957,73
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.044.357,43	3.346.541,51
Juros e rendimentos similares obtidos	12	4.459,85	15.600,40
Juros e gastos similares suportados-Financiamentos		-147.069,67	-184.040,34
Resultado antes de impostos		1.901.747,61	3.178.101,57
Imposto sobre o rendimento do período	13.1	-25.246,85	-138.180,93
Imposto Diferido	13.2	29.866,39	29.866,39
Resultado líquido do período		1.906.367,15	3.069.787,03

BALANÇO			
ACTIVO	Notas	PERÍODOS	
		31-Dez-12	31-Dez-11
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.2-A; 14	436.389,84	485.968,38
Activos intangíveis	3.2-B; 15	5.432.507,26	6.018.650,82
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	3.2-C; 16	13.209.243,08	12.235.439,34
Participações financeiras - outros métodos	3.2-C; 17	714.474,54	716.974,54
Outros activos financeiros	18	1.107.594,29	1.113.594,29
Activos por impostos diferidos	13.2	13.036,97	19.555,46
Investimentos financeiros			
SOMA		20.913.245,98	20.590.182,83
Activo corrente			
Inventários	19	19.990,29	18.179,86
Clientes	20	746.015,42	748.877,22
Estado e outros entes públicos	28	14.622,92	
Accionistas/sócios	21	5.967,64	105.391,14
Outras contas a receber	22	381.474,32	113.706,44
Diferimentos	23	524.930,34	563.463,20
Caixa e depósitos bancários	4	718.474,54	908.307,63
SOMA		2.411.475,47	2.457.925,49
TOTAL DO ACTIVO		23.324.721,45	23.048.108,32

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado		900.000,00	900.000,00
Reservas legais	24.1	1.118.811,18	811.832,18
Outras reservas	24.2	130.243,08	130.243,08
Resultados transitados	24.3	3.811.095,94	2.497.623,60
Ajustamentos em activos financeiros		6.457.597,35	6.129.755,57
Outras variações no capital próprio	24.4	1.642.455,98	1.751.610,62
SOMA		14.060.203,53	12.221.065,05
Resultado líquido do período		1.906.367,15	3.069.787,03
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		15.966.570,68	15.290.852,08
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	9	143.944,09	
Financiamentos obtidos	25	4.293.999,33	5.248.221,39
Passivos por impostos diferidos	13.2	547.485,32	583.870,20
Outras contas a pagar	18 e 26	450.750,00	450.750,00
SOMA		5.436.178,74	6.282.841,59
Passivo corrente			
Fornecedores	27	152.654,81	54.967,43
Estado e outros entes públicos	28	231.448,38	348.027,93
Accionistas/sócios	21	451.737,00	
Financiamentos obtidos	25	960.801,42	987.339,90
Outras contas a pagar	29	125.330,42	84.079,39
TOTAL DO PASSIVO		7.358.150,77	7.757.256,24
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		23.324.721,45	23.048.108,32

DESCRIÇÃO	Capital próprio atribuído aos detentores de capital							Total do Capital Próprio
	Capital Realizado	Reservas Legais	Outros Reservas	Resultados Transitados	Ajust. Em Activos Financeiros	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Exercício	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012 (A)	900.000,00	811.832,18	130.243,08	2.497.623,60	6.129.755,57	1.751.610,62	3.069.787,03	15.290.852,08
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Ajustamentos por impostos diferidos				-36.384,88				-36.384,88
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		306.979,00		2.297.557,22	327.841,78	-109.154,64	-3.069.787,03	-246.563,67
(B)	0,00	306.979,00	0,00	2.261.172,34	327.841,78	-109.154,64	-3.069.787,03	-282.948,55
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (C)							1.906.367,15	1.906.367,15
RESULTADO INTEGRAL (D) (D=B+C)							-1.163.419,88	1.906.367,15
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuições				-947.700,00				-947.700,00
(E)	0,00	0,00	0,00	-947.700,00	0,00	0,00	0,00	-947.700,00
POSIÇÃO EM 30 Junho 2012 (F) (F=A+B+C+E)	900.000,00	1.118.811,18	130.243,08	3.811.095,94	6.457.597,35	1.642.455,98	1.906.367,15	15.966.570,68



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		
	PERÍODOS	
	31-Dez-12	31-Dez-11
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	3.866.969,10	5.768.316,22
Pagamentos a fornecedores	-2.435.133,66	-1.107.613,53
Pagamentos ao pessoal	-530.505,35	-571.570,22
Caixa gerada pelas operações	901.330,09	4.089.132,47
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-280.860,68	-66.494,13
Outros recebimentos/pagamentos	-991.577,09	-1.808.763,42
Fluxos de caixa das actividades operacionais (A)	-371.107,68	2.213.874,92
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-30.772,18	-37.261,30
Investimentos financeiros	-11.655,92	-6.446,04
Recebimentos provenientes de:		
Activos Intangíveis	16.514,71	17.278,63
Juros e rendimentos similares	1.936,52	11.499,10
Dividendos	1.846.624,10	1.184.197,72
Fluxos de caixa das actividades de investimento (B)	1.822.647,23	1.169.268,11
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-986.894,39	-954.222,06
Juros e gastos similares	-158.515,19	-177.973,27
Dividendos	-495.963,06	-1.530.000,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (C)	-1.641.372,64	-2.693.850,46
Variação de caixa e seus equivalentes (A+B+C)	-189.833,09	689.292,57
Caixa e seus equivalentes no início do período	908.307,63	219.015,06
Caixa e seus equivalentes no fim do período	718.474,54	908.307,63

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 — Designação da entidade

EHATB – Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, SA., foi constituída por escritura Pública em 30 de Julho de 1989, com sede na Rua D. Nuno Alvares Pereira, freguesia de Salvador, Vila e Município de Ribeira de Pena, nº de Identificação de pessoa coletiva 502227842, e registada na Conservatória do Registo Comercial de Ribeira de Pena sob o nº 502227842, ao abrigo do artigo 19º da lei 50/2012 de 31 de Agosto a empresa passou a integrar o setor empresarial local.

Em resultado da adaptação da mencionada lei a denominação da empresa passou para EHATB – Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA e passou a ter o seguinte objeto social:

Produção de energia elétrica; Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; Promoção e gestão de imóveis de habitação social; Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal. A sociedade pode ainda exercer, excecionalmente, a atividade de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, nas condições previstas na Lei sobre o regime jurídico da atividade empresarial local. A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares.

2 — Referencial Contabilístico De Preparação Das Demonstrações Financeiras

Para os exercícios até e incluindo o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a empresa preparou as suas demonstrações financeiras em conformidade com os princípios

contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano Oficial de Contas (POC). Decorrente da aprovação do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, as demonstrações financeiras do exercício foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2012 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011.

3 — Principais políticas contabilísticas

3.1 — Bases de apresentação e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Bases de Apresentação: As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Bases de Mensuração: As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico. As políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, e descritas nas respetivas notas anexas.

3.2 — Principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras

A — Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009, data da transição para as NCRF, encontram-se registados ao custo histórico, deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

Os terrenos não são amortizados.

Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Base de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações acumuladas, calculadas de acordo com a vida útil.

b) Métodos de depreciação usados;

As depreciações são calculadas tendo por base a quantia depreciável dos bens pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil e imputadas aos resultados do período numa base sistemática ao longo da vida útil do bem, a qual é determinada tendo em consideração o período esperado de utilização do ativo.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o respetivo gasto possa ser mensurado com fiabilidade.

Os demais dispêndios com reparação e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas;

As taxas de depreciação utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

Designação	Anos	Taxa - %
Activo Fixo Tangível		
Edifícios e outras construções	10 a 50	10,00 a 2,00
Equipamento básico	8 a 16	12,50 a 6,25
Equipamento administrativo	8	12,50
Outras imobilizações corpóreas	10	10,00

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Perdas por Imparidade” da demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, quando são substancialmente transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo, ou como locações operacionais quando não são substancialmente transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Nos contratos de locação financeira o contrato é registado como um ativo e passivo pelo menor entre o justo valor da propriedade locada e o valor atual das rendas vincendas. Os ativos são subsequentemente depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os ativos fixos tangíveis. A componente do gasto financeiro incluída na renda é imputada aos resultados do período a que respeita.

Os pagamentos efetuados no âmbito de uma locação operacional são reconhecidos como gasto numa base linear durante o prazo da locação.

B – Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que deles fluam, para a empresa, benefícios económicos futuros, sejam controláveis pela empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos, pelo método da linha reta, de uma forma consistente, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

O período de amortização e o método de amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida são revistos no final de cada período.

Atividades de concessão da empresa

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 - Contractos de Concessão de Serviços.

Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 25 de Março de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data.

No caso da EHATB, o primeiro exercício após a data de entrada em vigor mencionada é o exercício de 2010, pelo que a empresa adotou a IFRIC 12 para efeitos comparativos com referência a 1 de Janeiro de 2009. A IFRIC 12 é aplicável a contractos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou

regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contabilísticos, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

- Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registo de um ativo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

- Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de procura) afetas à concessão e resulta no registo de um ativo intangível.

- Modelo misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Os ativos intangíveis afetos a concessões são amortizados de acordo com a respetiva vida útil durante o período da concessão.

A empresa procede a testes de imparidade relativamente aos ativos intangíveis afetos a concessões sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor

contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

No negócio da EHATB, a IFRIC 12 é aplicável à concessão atribuída ao Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas, sendo aplicável o “Modelo de Ativo Intangível”.

C— Investimentos Financeiros

As participações financeiras nas quais o grupo detenha mais de 20% dos direitos de voto, em Assembleia Geral de acionistas/Sócios e/ou detenha o poder de controlar ou influenciar significativamente as suas políticas financeiras e operacionais, encontram-se valorizadas pelo *Método da Equivalência Patrimonial*, em conformidade com a NCRF N° 13. De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido pela diferença entre esse custo e a proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método por contrapartida de capitais próprios, na rubrica “Ajustamentos em Ativos Financeiros”. Adicionalmente, as participações financeiras são periodicamente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas, ou por outras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida de ganhos ou perdas financeiras ou de ajustamentos em ativos financeiros. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As participações financeiras em empresas nas quais o grupo detenha menos de 20% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas/Sócios e/ou não detenha o poder de controlar ou influenciar significativamente as suas políticas financeiras e operacionais, encontram-se contabilizadas ao custo de aquisição. Os rendimentos resultantes destas participações financeiras são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

D – Instrumentos Financeiros

Políticas contabilísticas

É política da empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A empresa mensura ao custo, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento – a Euribor – ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

D₁ - Clientes e Contas a Receber

As contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado ativo. São originados quando a EHATB fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida. São incluídos nos ativos correntes, exceto quanto a maturidade superior a 12 meses após a data do balanço, sendo nesse caso classificados como ativos não correntes.

Os saldos de clientes e outros ativos correntes são mensurados pelo valor nominal menos quaisquer perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado. Uma conta a receber encontra-se em imparidade quando existe evidência objetiva de que a empresa não irá receber os montantes em dívida tendo em conta as condições originais da conta a receber.

A perda por imparidade traduz-se na diferença entre a quantia escriturada e a quantia que se espera vir a ser recuperável. O montante da perda por imparidade apurado é reconhecido nos resultados do período quando existe evidência objetiva de que a quantia escriturada já não é recuperável.

D₂ - Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método direto. A Empresa classifica na rubrica ‘Caixa e equivalentes de caixa’ os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

D₃ - Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros são reconhecidos pelo respetivo custo e desreconhecidos quando expiram os direitos de receber os respetivos fluxos de caixa ou quando a empresa transferiu para outra parte todos os riscos significativos e benefícios inerentes à posse do ativo financeiro.

Em cada data de balanço a empresa verifica a existência de evidência objetiva de imparidade e reconhece qualquer perda por imparidade apurada nos resultados do período. Quando, subsequentemente, se verifica que a perda por imparidade diminuiu ou já não existe, a empresa procede à sua reversão nos resultados do período, exceto quando a perda por imparidade se relaciona com instrumentos de capital próprio, não sendo a reversão, nestas situações, permitida.

D₄ - Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos.

Os empréstimos são expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos obtidos, são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime de acréscimo

E - Regime do Acréscimo - Especialização de Exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo, “especialização dos exercícios”. As diferenças entre os montantes

recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras Contas a Pagar", "Outras Contas a Receber" e/ ou "Diferimentos".

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de "Outros ativos correntes", "Outros ativos não correntes", "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes" são registados os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

F- Rédito

Os réditos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes e sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os réditos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

G- Subsídios do Governo

Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os Subsídios ao investimento não reembolsáveis, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no capital próprio da empresa, sendo

posteriormente reconhecidos na demonstração de resultados, como rendimentos, numa base sistemática proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos relacionados com os subsídios do Governo.

H- Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do período engloba o imposto corrente e o imposto diferido.

O imposto corrente é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos ativos



Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data da reversão das diferenças temporárias.



Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas diretamente nos capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.



A empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas "IRC", cuja taxa atual é de 25%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas, por um período de quatro anos, a eventuais correções por parte da Administração Fiscal, (cinco anos para a segurança social).

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspeção e ajustamentos, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos cinco períodos de tributação posteriores. No entanto, a dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 75 % do respetivo lucro tributável



É convicção da Gerência, que eventuais correções resultantes da revisão/inspeção, por parte da Administração Tributária, à situação fiscal e parafiscal da Empresa em relação aos exercícios em aberto não terão um efeito material nas demonstrações financeiras.



I – Distribuição de Dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa, no período em que os dividendos são aprovados pelos acionistas e até ao momento da sua liquidação.

J - Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados, também, como não correntes.

K – Reservas

Reserva Legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

L – Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.3 — Na preparação das demonstrações financeiras anexas, preparadas de acordo com as NCRF, não foram efetuados juízos de valor, nem utilizados pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Não estão previstas quebras de atividade nem alterações que envolvam risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o próximo ano.

O Conselho de Administração considera que as decisões tomadas e as escolhas por si efetuadas foram as mais apropriadas, em relação a eventuais alternativas existentes aos tratamentos contabilísticos que foram adotados pela Empresa.

Nessas circunstâncias, as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada, a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos considerados materialmente relevantes.

4 — Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a seis meses).

O montante apresentado em caixa e depósitos bancários decompõe-se do seguinte modo:

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Caixa		
Numerário	9,13	289,31
Depósitos bancários	718.465,41	908.018,32
Depósitos à ordem	273.465,41	13.018,32
Outros depósitos bancários	445.000,00	895.000,00
Caixa e depósitos bancários	718.474,54	908.307,63

[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]

5 — Vendas e Serviços Prestados

O volume de negócios da Empresa para os períodos em análise, foi o seguinte:

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Vendas	2.751.168,99	4.153.770,19
Prestação de Serviços	380.867,46	352.247,47

As vendas compreendem os montantes faturados na venda de eletricidade à “EDP”. As prestações de serviços referem-se aos serviços prestados de apoio administrativo e técnico a empresas participadas, líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

6 – Custo das Matérias Consumidas

O apuramento desta rubrica resulta do seguinte:

	31-12-2012	31-12-2011
Inventários Iniciais	18.179,80	16.253,80
Compras	2.412,26	4.126,25
Reclassificação e Regularização de Inventários		-252,00
Inventários Finais	19.990,29	18.179,80
CMVMC	601,77	1.948,25

7- Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe da rubrica " Fornecimentos e Serviços Externos " no período em análise é o seguinte:

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Subcontratos	1.493.094,98	
Serviços Especializados	442.806,51	708.471,45
Auditoria	56.642,00	39.259,00
Assessoria Técnica	1.445,25	11.250,00
Consultoria	24.292,50	19.750,00
Publicidade e propaganda	79.603,43	484.557,80
Honorários	64.663,31	48.812,22
Conservação e reparação	202.502,78	74.295,36
Outros	13.657,24	30.547,07
Materials	13.139,80	5.304,06
Energia e Flúidos	58.104,65	51.291,27
Deslocações e Estadas	19.903,47	7.994,95
Serviços Diversos	446.803,69	510.497,75
Rendas e alugueres	292.023,69	314.125,82
Comunicação	29.782,46	24.846,23
Seguros	73.300,54	80.889,38
Despesas de Representação	32.646,69	18.228,73
Montagens e Desmontagens		69.711,12
Outros	19.050,31	2.696,47
Total FSE	2.473.853,10	1.283.559,48

No período em análise os gastos com fornecimentos e serviços externos sofreram um aumento de cerca de 33,8 % em relação ao período homólogo, para o que contribuiu o início de novas atividades no âmbito do desenvolvimento regional, constantes de contratos programa celebrados com os municípios acionistas.

8 – Gastos com o Pessoal

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Remunerações	451.942,97	391.942,00
Orgãos sociais	59.713,76	64.313,02
Pessoal	392.229,21	327.628,98
Encargos sobre remunerações	99.368,74	85.363,35
Seguros de acidentes no trabalho	3.848,89	5.408,22
Outros gastos com o pessoal	38.277,02	39.208,16
Total	593.437,62	521.921,73

No período em análise os gastos com pessoal sofreram um aumento de cerca de 14% em relação ao período homólogo, resultante da contratação de novos colaboradores.

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 de Dezembro de 2012 foi de:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Número médio de empregados	27	18
Número de empregados no final do ano	27	23

9 – Provisões e Reversões do Período

	Processos Judiciais em Curso	Total
Quantia escriturada inicial	0,00	0,00
Movimentos no Período	143.944,09	143.944,09
Constituição	143.944,09	143.944,09
Quantia escriturada final	143.944,09	143.944,09

Em resultado de uma ação inspetiva tributária, foram efetuados ajustamentos em sede de IVA e IRC ao exercício de 2008. Neste momento, existe apenas em discussão o valor de impostos (aliás, já pagos) de 143.944,09 euros.

Face ao ambiente fiscal e orçamental que se atravessa, considerou-se prudente a constituição de provisão, pela totalidade do risco.

10 – Outros Rendimentos e Ganhos

No período em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Outros rendimentos e ganhos	3.199.506,99	2.488.390,12
Empresas Participadas - MEP	3.049.573,75	2.337.386,39
Subsídios ao Investimento	145.539,52	145.539,52
Outros	4.393,72	5.464,21

O valor registado em “Subsídios ao Investimento” refere-se ao reconhecimento em resultados do período dos subsídios ao investimento recebidos, conforme detalhe apresentado na nota 24.4.

O valor registado em “Outros” refere-se à recuperação de encargos com o seguro de saúde.

O valor registado em, “Empresas Participadas – MEP” respeita ao reconhecimento da quota-parte, na proporção dos resultados gerados pelas empresas participadas no exercício de 2012, que são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. E apresenta o seguinte detalhe:

Denominação	Ganhos
Investimentos em Subsidiárias	1.548.814,40
EEA - Emp. Eólico de Alvadia	1.206.792,87
Eólica de Atilhó	65.431,01
Eólica de Barbadães	14.362,98
Eólica do Leiranco	53.732,81
Eólica da Serra de Mairos	208.494,73
Investimentos em Associadas	1.500.759,35
Eólica da Padrela	27.225,49
Eólica do Barroso	29.284,85
Eólica da Serra das Alturas	466.891,35
Eólica de Montenegro	964.638,86
Emp. Eólico de Viade	12.718,80
Probiomassa	
Total	3.049.573,75

11 – Outros Gastos e Perdas

No período em análise, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Impostos	12.317,51	6.517,74
Gastos e perdas em Subsidiárias e Associadas (MEP)	76.736,88	
Donativos	267.000,00	1.124.000,00
Quotizações	4.739,00	5.239,00
Protocolos	31.350,00	31.350,00
Outros	17.026,64	6.372,43
Total	409.170,03	1.173.479,17

A rubrica “Donativos” inclui os donativos que por deliberação do Conselho de Administração foram atribuídos a Municípios, Juntas de Freguesia, Associações Desportivas, Culturais e outras entidades, da Região do Alto Tâmega.

A rubrica “Outros” inclui correções relativas ao período anterior no montante de 14.007,24 € e o valor de 2.500 €, em resultado da dissolução da empresa “Chaves Parque, Sa”.

12 – Rendimentos e Gastos Financeiros

Total de rendimento e gasto de juros para ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Rendimentos e Ganhos Financeiros	4.459,85	15.600,40
De depósitos Bancários	2.582,03	14.648,54
De financiamentos Concedidos a Subsidiárias	648,87	951,86
Outros	1.228,95	
Gastos e Perdas Financeiros	147.069,67	184.040,34
De Juros e gastos similares de empréstimos obtidos	122.796,47	165.055,83
De Juros de Contratos de Locação Financeira	926,76	989,10
De Outros Encargos Financeiros	23.346,44	17.995,41

Os rendimentos e ganhos financeiros, incluem os juros obtidos decorrentes de aplicações financeiras e financiamentos concedidos a associadas.

Os gastos e perdas financeiros incluem os juros, comissões, imposto de selo e outros gastos, afetos aos empréstimos obtidos.

Os gastos financeiros diminuíram comparativamente ao período homologado, essencialmente, pela diminuição do capital em dívida e pela diminuição das taxas de juros, apresentando no período taxas efetivas de cerca de 1,8%, (2,4% em 2011).

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo.

13 — Impostos sobre o rendimento

13.1 — Divulgação separada dos principais componentes de gasto de impostos:

Reconciliação do Imposto Estimado	PERÍODOS	
	31-Dez-2012	31-Dez-2011
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO	1.901.747,61	3.178.101,57
Variações Patrimoniais Negativas	-26.073,95	-26.073,95
Acréscimos à matéria coletável	236.116,37	38.698,97
Deduções à matéria coletável	-3.156.048,75	-2.748.400,83
Dedução de Prejuízos Fiscais		-204.204,88
Matéria Coletável	-1.044.258,72	238.120,88
Imposto (25%)	-	35.718,13
Resultado da Liquidação		93.523,47
Imposto Corrente	0,00	129.241,60
Tributação Autónoma	25.246,85	8.939,32
Imposto sobre o Rendimento do Período	25.246,86	138.180,93

O IRC devido é genericamente calculado sobre a matéria coletável apurada, por aplicação àquela da taxa de IRC (coleta), com subsequente dedução e acréscimo de determinados valores decorrentes da Lei (e.g. anulação dos efeitos do MEP por dedução ou acréscimo à coleta), para quantificação do imposto a pagar ou a recuperar, operações que são demonstradas no quadro acima.

13.2 — Reconciliação dos Impostos Diferidos

No final do período em análise, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os períodos apresentados, foi como se segue:

Reconciliação dos Impostos Diferidos	Saldo em 31-Dez-2011	Varição no Período	Saldo em 31-Dez-2012
Desreconhecimento de Activos na Transição	19.555,46	6.518,49	13.036,97
Impostos Diferidos Ativos	19.555,46	6.518,49	13.036,97
Em Subsídios	583.870,20	36.384,88	547.485,32
Impostos Diferidos Passivos	583.870,20	36.384,88	547.485,32
Total	564.314,74	29.866,39	534.448,35

13.3 – A reconciliação da taxa efetiva de IRC, nos períodos em análise, é analisada como segue:

Reconciliação da Taxa Efetiva de IRC	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Resultado Antes de Impostos	1.901.747,61	3.178.101,57
Matéria Coletável (Após regularizações)	-1.044.258,72	238.120,88
Imposto Corrente	0,00	129.241,60
Tributações Autonomas	25.246,85	8.939,32
Impostos Diferidos	-29.866,39	-29.866,39
Imposto sobre o Rendimento do Período	25.246,85	108.314,53
Taxa Efetiva de Imposto	1,33%	3,41%

14 – Ativos Fixos Tangíveis

No final do período em análise, o movimento ocorrido nas rubricas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativo Bruto	Saldo Inicial 31-Dez-11	Aquisições	Transferências e Abates	Saldo Final 31-Dez-12
Terrenos	59.183,03			59.183,03
Edifícios	400.732,07			400.732,07
Equip. básico	102.184,30			102.184,30
Equip. transporte	119.563,00	29.100,00		148.663,00
Equip. administrativo	239.569,49			239.569,49
Outros Ativos Fixos Tangíveis	162.609,43	1.357,30		163.966,73
Outros Ativos Fixos Tangíveis-Leasing	105.966,44			105.966,44
Total	1.189.807,76	30.457,30	0,00	1.220.265,06

Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo Inicial 31-Dez-11	Depreciações no Período	Transferências e Abates	Saldo Final 31-Dez-12
Terrenos	0,00			0,00
Edifícios	112.623,07	13.300,17		125.923,24
Equip. básico	101.345,01	728,11		102.073,12
Equip. transporte	106.809,22	20.028,78		126.838,00
Equip. administrativo	216.254,96	12.593,39		228.848,35
Outros	113.845,10	15.731,37		129.576,47
Outros - Leasing	52.962,02	17.654,02		70.616,04
Total	703.839,38	80.035,84	0,00	783.875,22

Ativo Líquido	Saldo Inicial 31-Dez-11	Aumentos	Diminuições	Saldo Final 31-Dez-12
Ativo Fixo Tangível	485.968,38	30.457,30	80.035,84	436.389,84

A Empresa possui ativos fixos tangíveis em regime de locação financeira cujo contrato compreende uma opção de compra no final do mesmo.

A quantia escriturada dos ativos detidos através de contrato de locação financeira no período em análise, era o seguinte:

Descrição dos Bens	Locador	Valor contrato	Início	Fim	Período	Valor opção de compra	Valor líquido contabilístico
Varredora Ravo 540 CD	Cx Lesing	105.966,44	01-03-2009	28-02-2013	48	2.119,33	70.616,04

[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]

15 - Ativos Intangíveis

No período em análise, o movimento ocorrido nas rubricas dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativo Bruto	Saldo Inicial 31-Dez-11	Aumentos	Transferências e Abates	Saldo Final 31-Dez-12
Propriedade industrial	13.100.519,08			13.100.519,08
Total	13.100.519,08	0,00	0,00	13.100.519,08

Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	Saldo Inicial 31-Dez-11	Amortizações no Período	Transferências e Abates	Saldo Final 31-Dez-12
Propriedade industrial	7.081.868,26	586.143,56		7.668.011,82
Total	7.081.868,26	586.143,56	0,00	7.668.011,82

Ativo Líquido	Saldo Inicial 31-Dez-11	Aumentos	Diminuições	Saldo Final 31-Dez-12
Propriedade industrial	6.018.650,82		586.143,56	5.432.507,26
Total	6.059.558,82	0,00	586.143,56	5.432.507,26

16 – Investimentos Financeiros

16. – Como veremos no ponto 33.2 abaixo, irá ser alienado, a título gratuito, aos Municípios acionistas, um conjunto significativo de participações sociais.

Apesar disso, não foi descontinuada a aplicação do método de equivalência patrimonial relativamente às subsidiárias e associadas tendo em conta as seguintes circunstâncias:

- a) Enquanto empresa integrada no setor empresarial local, todos os documentos previsionais pressupunham a manutenção deste método de avaliação de participações;
- b) A Associação Nacional de Municípios Portugueses apresentou, em finais de 2012, um pedido de declaração de inconstitucionalidade, de normas desse diploma;

- c) As deliberações tomadas só poderão tornar-se efetivas em data incerta no exercício de 2013 ou posterior e após a aprovação das entidades competentes;
- d) Por último, não se encontra satisfeito um dos requisitos constantes da NCRF 8 §7: Apenas deve ser considerado um ativo como ativo detido para venda se o mesmo estiver disponível para venda imediata na sua condição presente.

16.1 – As participações detidas diretamente pela EHATB, que a seguir se indicam, integram as contas da empresa, sendo valorizadas pelo método da equivalência patrimonial, ou seja, a percentagem que a Empresa detém nos resultados de cada participada gerados anualmente, são reconhecidos diretamente nos resultados da Empresa em cada exercício. (Nota 3.2 - C)

A percentagem de participação, o valor dos capitais próprios, e o valor do resultado líquido, no período em análise, são os seguintes:

	2012			2011	
	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Investimentos em Subsidiárias		10.737.872,61	2.728.054,80	10.064.950,59	2.140.522,88
EEA - Empreendimento Eólico de Alvadia	52%	8.363.765,86	2.320.755,52	7.665.185,90	1.748.935,95
Eólica de Atilhó	50%	538.193,01	130.862,01	545.147,55	118.539,50
Eólica de Barbadães	100%	305.000,95	14.362,98	315.837,97	13.688,39
Eólica do Leiranco	100%	331.351,88	53.732,81	290.819,07	20.874,19
Eólica da Serra de Mairos	100%	1.194.141,74	208.494,73	1.242.387,68	239.375,07
Hidrolouredo	100%	5.419,17	-153,25	5.572,42	-890,22
Investimentos em Associadas		14.257.886,30	2.883.026,42	13.011.192,88	2.246.536,46
ATBERG	40%	2.141.746,73	-190.641,44	2.347.388,17	20.915,74
Eólica da Padrela	40%	317.006,53	68.063,73	322.942,80	62.550,14
Eólica do Barroso	40%	324.507,04	73.212,13	315.294,91	52.909,58
Eólica da Serra das Alturas	49,9%	4.126.037,00	935.654,00	3.190.383,00	632.270,00
Eólica de Montenegro	49,9%	7.027.797,00	1.933.144,00	6.529.774,00	1.435.121,00
Empreendimento Eólico de Viade	20%	320.792,00	63.594,00	305.410,00	42.770,00
Total		24.995.758,91	5.611.081,22	23.076.143,47	4.387.059,34

16.3– Os movimentos ocorridos nesta rubrica foram os seguintes:

	Saldo em 31-12-2011	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2012
Investimentos em Subsidiárias	6.115.098,58	1.548.814,40	-1.209.744,48	6.454.168,50
EEA - Empreendimento Eólico de Alvadia	3.985.896,66	1.206.792,87	-843.531,28	4.349.158,25
Eólica de Atilhó	272.573,78	65.431,01	-68.908,28	269.096,51
Eólica de Barbadães	315.837,97	14.362,98	-25.200,00	305.000,95
Eólica do Leiranco	290.819,07	53.732,81	-13.200,00	331.351,88
Eólica da Serra de Mairos	1.242.387,68	208.494,73	-256.740,67	1.194.141,74
Hidrolouredo	7.583,42		-2.164,25	5.419,17
Investimentos em Associadas	6.120.340,76	1.509.830,95	-875.097,13	6.755.074,58
ATBERG	938.955,27		-82.256,58	856.698,69
Eólica da Padrela	129.177,12	27.225,49	-29.600,00	126.802,61
Eólica do Barroso	126.117,96	29.284,85	-25.600,00	129.802,81
Eólica da Serra das Alturas	1.592.001,15	466.891,35		2.058.892,50
Eólica de Montenegro	3.258.357,23	964.638,86	-716.125,62	3.506.870,47
Hidrocentrais de Mosteirão	11.426,15		-327,05	11.099,10
Empreendimento Eólico de Viade	63.555,88	21.790,40	-21.187,88	64.158,40
Probiomassa	750,00			750,00
Total	12.235.439,34	3.058.645,35	-2.084.841,61	13.209.243,08

Os Aumentos/Diminuições do período resultam de:

- Movimentação contabilística decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização das participações financeiras detidas nas empresas Subsidiárias e Associadas. Tal valorização atende, nomeadamente, aos reconhecimentos dos resultados líquidos do ano em apreço e outras variações nos capitais próprios das participadas ocorridas no ano em apreço, da atribuição de dividendos, entre outras.

17 – As participações detidas diretamente pela EHATB, que a seguir se indicam, integram as contas da empresa, pelo respetivo custo de aquisição

	Saldo em 31-12-2011	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2012
Investimentos em Outras Empresas	716.974,55	0,00	2.500,00	714.474,55
Águas Trás-os-Montes e Alto Douro	448.918,00			448.918,00
Chaves Parque	2.500,00		2.500,00	0,00
MARC - Mercado Abastecedor de Chaves	12.000,00			12.000,00
Dourogás	9.583,45			9.583,45
Municipia	7.397,65			7.397,65
Sonorgás	9.583,45			9.583,45
Resinorte, SA	226.992,00			226.992,00
Total	716.974,55	0,00	2.500,00	714.474,55

As diminuições no período resultam da dissolução da empresa Chaves Parques.

18 – Outros Ativos Financeiros

	Saldo em 31-12-2011	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2012
Empréstimos Concedidos	583.200,00			577.200,00
ATBERG	460.000,00			460.000,00
Hidrocentrais de Mosteirão	100.000,00			100.000,00
Empreendimento Eólico de Viade	23.200,00		-6.000,00	17.200,00
Investimentos Financeiros em Curso	583.200,00	0,00	0,00	577.200,00
A. H. de Daivões	530.394,29			530.394,29
Total	1.113.594,29	0,00	-6.000,00	1.107.594,29

A rubrica “Investimentos Financeiros em Curso” inclui:

Aquisição das quotas da sociedade “Hidroelétrica de Cavês, Lda” cuja denominação foi posteriormente alterada para “Hidroelétrica de Daivões, Lda”, detentora da licença necessária à construção do Aproveitamento Hidroelétrico de Daivões por 500.000 €, a que acrescem prestações suplementares e suprimentos efetuados. (Nota 26)

[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]

19 – Inventários

No período em análise, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Peças de reserva	19.990,29	18.179,86
	19.990,29	18.179,86

20 – Clientes

O detalhe da rubrica de "Clientes" no período em análise é o seguinte:

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Clientes C/C	665.167,60	708.225,67
EDP	637.449,40	680.760,98
Município de Ribeira de Pena	27.718,20	27.464,69
Empresas Subsidiárias	66.234,99	29.813,21
Empresas Associadas	14.612,83	10.838,34
Tortal	746.015,42	748.877,22

21 – Acionistas /Sócios

O detalhe da rubrica de "Acionistas/Sócios" no período em análise é o seguinte:

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Acionistas	5.967,64	105.391,14

Esta rubrica inclui:

O debito de 1 euro (um euro) titulado pela "Hidrolouredo, Lda" e corresponde ao valor de aquisição de créditos no montante de 27.005 € e empréstimos às empresas Hidroelétrica de Daivões e Hidrolouredo para fazer face a dificuldades de tesouraria, no montante de prestações suplementares no montante de 5.966,64 €.

22 – Outras Contas a Receber

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Outras Contas A Receber	381.474,32	113.706,44
Estado - Inspeção	263.774,64	109.917,15
Empresas participadas Subsidiárias	115.000,00	2.781,29
Adiantamentos ao Pessoal - Seg. Saúde	2.042,41	1.008,00
Diversos	657,27	

A rubrica “Outras Contas a Receber” inclui o valor pago à Administração Fiscal em resultado da ação inspetiva externa, efetuada ao exercício de 2008 em sede de IVA, que de acordo com a A. F foi deduzido indevidamente e em sede de IRC. (nota 33.2)

O saldo em “Empresas participadas subsidiárias” refere-se ao valor a receber de lucros atribuídos que no final do período ainda não tinham sido pagos.

23 – Diferimentos

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Diferimentos - Gastos a Reconhecer	524.930,34	563.463,20
Seguros	48.039,18	29.268,39
Protocolo de Contrapartidas	430.364,00	461.714,00
Contratos cessão de exploração	43.750,49	65.750,13
Outros	2.776,67	6.730,68

- a) Em “Protocolos de contrapartidas” estão contabilizados valores a reconhecer em gasto dos próximos exercícios referentes a contrapartidas financeiras, atribuídas aos Municípios, em resultado da renúncia à prossecução da atividade de produção de energia conforme contratos programa celebrados em 2007. O valor diferido teve em conta o período de vida útil de 25 anos para cada um dos Parques Eólicos instalados e do Empreendimento Hidroelétrico de Bragadas.

- b) Em “Contratos de cessão de exploração” estão contabilizadas as rendas, já pagas, a diversas juntas de freguesia e concelhos diretivos a reconhecer em gasto dos próximos exercícios, conforme contratos de cessão de exploração celebrados, com vista ao estudo de potencial eólico. O valor diferido teve em conta o período de três anos.

24 – Capital Próprio

No final do período, o capital social da EHATB encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 180.000 ações com o valor nominal de 5 €, é detido pelas entidades de acordo com o seguinte detalhe:

	%	Nº de Ações	Valor
Município de Boticas	16,66	30	150.000 €
Município de Chaves	16,66	30	150.000 €
Município de Montalegre	16,66	30	150.000 €
Município de Ribeira de Pena	16,66	30	150.000 €
Município de Valpaços	16,66	30	150.000 €
Município de Vila Pouca de Aguiar	16,66	30	150.000 €
TOTAL	100	180	900.000 €

24.1 – Reserva Legal

Em conformidade com o Art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'FM', 'JL', and 'M']

24.2 - Reservas Livres

Correspondem a reservas para distribuição aos acionistas, constituídas através da transferência de resultados de exercícios anteriores.

24.3 – Resultados Transitados

As variações ocorridas nesta rubrica, referem-se essencialmente a:

- i) Transferência do resultado líquido do exercício de 2011 no montante de 3.069.787,08 €;
- ii) Aplicação de resultados conforme ata de aprovação de contas de 31 de Maio de 2012: distribuição de dividendos – 947.700,00 €,
- iii) Transferência para a rubrica “Ajustamentos em Ativos Financeiros” dos lucros das participadas registados em 2011 e não atribuídos, no montante de 475.762,61 €;

24.4 – Outras Variações nos Capitais Próprios

Subsídios Relacionados com Ativos	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Balço		
Subsídios Reconhecidos no Capital	2.189.941,30	2.335.480,82
Passivos Por Impostos Diferidos	547.485,32	583.870,20
Posição no Final do Período	1.642.455,98	1.751.610,62
Demonstração de Resultados		
Imputação de Subsídios Para Investimentos	145.539,52	145.539,52
Impostos Diferidos	36.384,88	36.384,88

O quadro acima traduz a diminuição da quota-parte dos subsídios decorrentes do reconhecimento na demonstração de resultados “Outros Rendimentos e Ganhos” à medida que são reconhecidas as depreciações dos bens subsidiados, bem como a regularização do imposto diferido associado.

25 – Financiamentos Obtidos

No período em análise a dívida corrente e não corrente detalha-se como segue:

Compromisso de empréstimos obtidos mensurados ao custo menos imparidade.

	Início	Fim	31-Dez-2012		31-Dez-2011	
			Passivo Não Corrente	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	Passivo Corrente
Empréstimos Bancários						
CGD MLP 1	2003	2018	4.293.999,33	954.222,06	5.248.221,39	954.222,06
Caixa Lesing	2009	2012		6.579,36		33.117,84

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço no final do período.

Os empréstimos obtidos representam o recurso ao crédito, a longo prazo, para financiamento da construção do A. H. de Bragadas e outros investimentos, assim distribuído:

CGD – 10.973.554 € - Empréstimo de Médio e Longo Prazo.

Em 2005 foram renegociados os empréstimos existentes, para um montante global de 11.586.537 € em duas linhas de crédito, uma já totalmente saldada e outra de 10.973.554 € com prazo de 13 anos (até Abril de 2018), dos quais dois foram de carência. A amortização deste empréstimo teve início em Abril de 2007 amortizando anualmente 954.222€, em duas prestações semestrais, sendo remunerado à Euribor a 6 meses, em vigor na data do início de contagem de juros, acrescida de um spread de 0,08%;

O valor em débito á caixa Leasing, refere-se à aquisição duma varredora “RAVO” a que se refere a nota 14.

26 – Outras Contas a Pagar – Não Corrente

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Hidroelétrica de Daivões	450.000,00	450.000,00
Pro-Biomassa	750,00	750,00
Total	450.750,00	450.750,00

Esta rubrica refere-se ao valor a pagar pela aquisição das quotas da Hidroeléctrica de Daivões cujo valor ascendeu a 500.000 €, e à subscrição de quotas (15%) da sociedade "Probiomassa – Biomassa, Lda."

Relativamente à "Hidroeléctrica de Daivões, Lda", de acordo com o contracto de cessão de quotas de 01/02/2006, este valor (450.000 €) deverá ser pago em prazo e condições aí estabelecidas e que têm a ver, designadamente, com o desenvolvimento e futura construção desse aproveitamento hidroeléctrico.

Considerando a deliberação tomada sobre a dissolução desta sociedade, admite-se que esta obrigação venha a ser objeto de reapreciação.

27 – Fornecedores

No período em análise, a rubrica "Fornecedores" apresentava o seguinte detalhe:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Fornecedores Conta Corrente	152.654,81	59.826,97

28 – Estado e Outros Entes Públicos

O detalhe da rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" no período em análise é o seguinte:

	31-Dez-2012	31-Dez-2011
Pagamento especial por Conta	9.812,04	
IRC a Recuperar	4.810,88	0,00
EOEP Ativos	14.622,92	0,00
Imposto sobre rendimento das pessoas singulares	5.268,65	5.125,39
IVA a Pagar	214.203,72	217.066,47
Contribuições para a Segurança social	11.976,01	10.175,57
EOEP Passivos	231.448,38	348.027,92

29 – O detalhe das rubricas " Outras Contas a Pagar" no final do período é o seguinte:

	31-Dez-12	31-Dez-11
Outras Contas a Pagar	125.330,42	84.079,39
Remunerações a Liquidar - Férias + Sub. Férias	48.614,43	38.076,23
Juros a Liquidar	17.261,28	29.272,20
Outros	59.454,71	16.730,96

A Rubrica "Outros" compreende, entre outros, o remanescente dos montantes a pagar às juntas de freguesia de Santa Marinha, Santo Aleixo e Gondiaes decorrente do reconhecimento do valor das rendas de produção do A. H. de Bragadas.

30 – Divulgações Exigidas Por Diplomas Legais

Art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais

Em cumprimento do art.º 66.ºA do Código das Sociedades Comerciais, divulgamos no seguinte quadro os honorários faturados pelos revisores oficiais de contas da empresa:

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	31-Dez-12	31-Dez-12
Revisão legal das contas	18.696,00	15.000,00
Totais	56.642,00	35.000,00

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade ECHATB, EIM. S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta. Exceto para o administrador executivo, os administradores não são remunerados.

Art.º 324 do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade EHATB, EIM S.A., não possui quaisquer ações próprias nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21 do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de Setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da empresa ao setor público estatal nem à segurança social, e que os saldos contabilizados no final do período, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a Dezembro, e cujo pagamento é efetuado em Janeiro do ano seguinte.

31 – Compromissos Financeiros Assumidos, Não Incluídos no Balanço

A fim de garantir o empréstimo bancário de longo prazo foi dado pelos Acionistas, como garantia à CGD, a penhora das ações por eles detidas, bem como o compromisso de não distribuir dividendos em caso de uma autonomia financeira, inferior a 20% nos dois primeiros anos, (até 2006), e 25% nos restantes.

32 – Descrição das responsabilidades da empresa por garantias prestadas.

Por exigência processual de diversas entidades, parcialmente financiadoras dos investimentos que a empresa está a levar a cabo, foram solicitadas a entidades bancárias as seguintes garantias:

- Município de Ribeira de Pena - 3.600 €

A fim de garantir o valor de 5% do valor adjudicado pelo Município de Ribeira de Pena relativamente à “Gestão do Aproveitamento Hidroeléctrico do rio Alvadia”. Desde 1995.

- Direção Geral de Energia e Geologia - 573.618 €

Para garantir, até ao valor de 5% do montante global do investimento, a execução das obras hidráulicas e da central destinadas ao A. H. de Bragadas.

33 – Outros Assuntos

33.1 – Partes Relacionadas

Movimentos ocorridos, no período, nas diferentes rubricas relacionadas com Subsidiárias e Associadas:

Denominação	Lucros Atribuídos	Lucros N/Atribuídos	Ajustamentos em Capitais Próprios
Investimentos em Subsidiárias	1.092.000,00	150.654,09	-117.591,23
EEA - Emp. Eólico de Alvadia	806.000,00	103.446,69	-37.531,28
Eólica de Atilhó	59.000,00	269,75	-9.908,28
Eólica de Barbadães	12.000,00	1.688,39	-13.200,00
Eólica do Leiranco	0,00	20.874,19	-13.200,00
Eólica da Serra de Mairos	215.000,00	24.375,07	-41.740,67
Hidrolouredo	0,00	0,00	-2.011,00
Investimentos em Associadas	769.624,10	325.108,52	-19.817,80
ATBERG	0,00	8.366,30	-6.000,00
Eólica da Padrela	24.800,00	220,06	-4.800,00
Eólica do Barroso	20.800,00	363,83	-4.800,00
Eólica da Serra das Alturas	0,00	315.502,73	-
Eólica de Montenegro	716.125,62	0,00	-
Emp. Eólico de Viade	7.898,48	655,60	-4.217,80
Total	1.861.624,10	475.762,61	-137.409,03

No final do período em análise, a contabilidade expressava os seguintes saldos devedores:

Denominação	Outras Operações	Clientes C/C	Total
Investimentos em Subsidiárias	120.967,64	66.234,99	187.202,63
EEA - Emp. Eólico de Alvalá		42.209,33	42.209,33
Eólica de Atilhó		9.171,41	9.171,41
Eólica de Barbadães		1.278,52	1.278,52
Eólica do Leiranco		1.277,56	1.277,56
Eólica da Serra de Mairos	115.000,00	12.298,17	127.298,17
Hidrolouredo	3.459,39		3.459,39
Hidroeléctrica de Daivões	2.508,25		2.508,25
Investimentos em Associadas	0,00	14.612,83	14.612,83
ATBERG		12.579,13	12.579,13
Eólica da Padrela		910,62	910,62
Eólica do Barroso		910,62	910,62
Emp. Eólico de Viade		212,46	212,46
Total	120.967,64	80.847,82	201.815,46

33.2 – Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício

Na sequência da publicação da lei 50/2013 de 31 de Agosto, em assembleia geral de acionistas, realizada em 23 de Janeiro de 2013, foram tomadas as seguintes deliberações:

- a) Alienar a título gratuito, aos acionistas, Municípios de Boticas e de Chaves, a participação social detida pela empresa, respetivamente, na empresa local “Municípi-Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A” e na sociedade “MARC-Mercado Abastecedor da Região de Chaves, S.A.”;
- b) Alienar, a título gratuito, a cada um dos Municípios acionistas, um sexto da participação detida pela empresa nas sociedades RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. e Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.;

- c) Alienar a terceiros a participação social detida pela empresa nas sociedades “DOUROGÁS PROPANO - Companhia Comercializadora de Propano, S.A”, “SONORGÁS-Sociedade de Gás do Norte, S.A” e “PROBIOMASS-BIOMASSA, LDA”;
- d) Dissolver as empresas “Hidrolouredo- Hidroelétrica do Louredo, Lda.,” “Hidroelétrica de Daivões, Unipessoal, Lda.” e “Hidrocentrais de Mosteirão, S.A”;
- e) Alienar, a título gratuito e em regime de contitularidade, a cada um dos Municípios acionistas, um sexto indiviso das quotas detidas pela empresa nas sociedades EEA-Empreendimento Eólico de Alvadia, Lda, Eólica de Atilhó, Lda, Eólica da Padrela, Lda, Empresa Eólica do Barroso, Lda, ATBERG-Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda, Empreendimento Eólico de Viade, Lda. Eólica da Serra das Alturas, SA e Eólica de Montenegro, SA;
- f) Fundir por incorporação as sociedades EHATB-Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A (sociedade incorporante), e Eólica de Barbadães, Unipessoal, Lda, Eólica do Leiranco, Unipessoal, Lda e Eólica da Serra de Mairós, Unipessoal, Lda. (sociedades incorporadas).

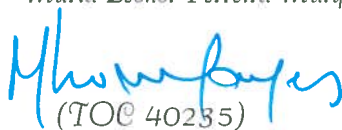
O eventual efeito das deliberações tomadas é o seguinte:

- i) O valor dos investimentos financeiros, alienar aos Municípios reportado a 31 de Dezembro de 2012, ascende a 12.534.737,89 €. A sua alienação a título gratuito implicará uma redução dos capitais próprios em igual montante.
- ii) Quanto à fusão e dissolução das entidades acima referidas, considerando estarem já valorizadas pelo método da equivalência patrimonial, admite-se tratar-se apenas uma reclassificação da natureza dos ativos em causa, não dando origem a quaisquer variações, a nível dos capitais próprios.

Chaves, 19 de Abril de 2013.

A Técnica Oficial de Contas

Maria Leonor Ferreira Marques



(TOC 40235)

A Administração



Fernando José Gomes Rodrigues, Presidente



Agostinho Alves Pinto



Domingos Manuel Batista Dias



Fernando Pereira Campos



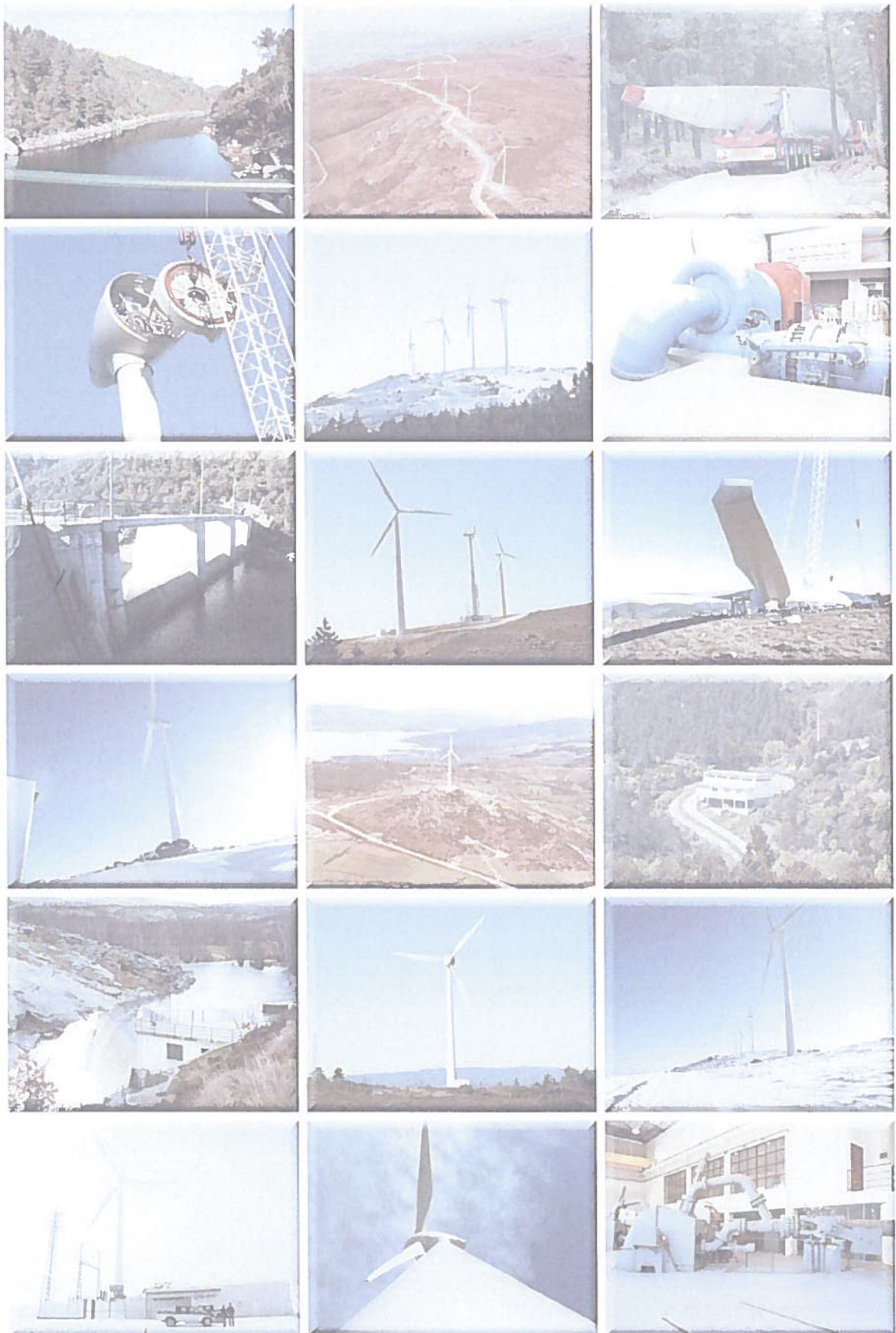
João Gonçalves Martins Batista



António Manuel Carvalho Rodrigues

Handwritten signature

Handwritten initials



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 25º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, acompanhámos a atividade da EHATB - EMPREENDIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A., durante o exercício de dois mil e doze, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o relatório de gestão e as contas do exercício. Emitimos a certificação legal das contas e o relatório sobre a fiscalização efetuada, documentos que aqui se dão por reproduzidos.

Em 31 de agosto de 2012, foi publicada a Lei n.º 50/2012, que aprovou o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais. Tal como se divulga nos documentos acima referenciados, a Empresa tem vindo a proceder às necessárias adaptações.

Tudo considerado, somos de parecer que Assembleia Geral Anual:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2012, apresentados pela Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentada pela Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Ribeira de Pena, 2 de maio de 2013

O Fiscal Único



PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)

Handwritten signatures and initials in blue ink.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da EHATB - EMPREENDIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012, (que evidencia um total de balanço de 23.324.721 euros e um total de capital próprio de 15.966.571 euros, incluindo um resultado líquido de 1.906.367 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da EHATB - EMPREENDIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A., em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASE

9. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, tal como se refere no relatório de gestão, no sentido de fazer cumprir o disposto na Lei 50/2012, de 31 de agosto (regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais), em assembleia geral, foi deliberada a alienação, a título gratuito, aos municípios acionistas, de participações sociais detidas e cujo valor contabilístico, reportado a 31 de dezembro de 2012, ascende a 12.534.737,89 euros.

Tais participações encontram-se valorizadas quer ao custo de aquisição quer pelo método da equivalência patrimonial, conforme explicitado nas correspondentes notas do anexo. Essa valorização foi mantida pelas razões apontadas na nota 16 do anexo.

Ribeira de Pena, 2 de maio de 2013



PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)

Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC
Sede: Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 LISBOA
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 PORTO
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477

Exma. Administração da

EHATB - EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A.

Assunto: Relatório sobre a fiscalização efetuada

Ribeira de Pena, 2 de maio de 2013

1. Procedemos à revisão legal da Empresa e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem de Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame, emitimos a respetiva certificação legal das contas nesta data.
2. De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:
 - 2.1. Acompanhamento da gestão da Empresa, através da participação em reuniões havidas com a Administração e outros responsáveis e da leitura de atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
 - 2.2. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Empresa e que se encontram divulgadas no anexo.
 - 2.3. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
 - 2.4. Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - a) Inspeção física dos principais elementos dos ativos fixos tangíveis, confirmação direta da titularidade de bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens;
 - b) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela Empresa; nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;



- c) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Empresa;
 - d) Solicitação direta a advogados e outras entidades de informações sobre cobranças em curso, litígios ou ações judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida;
 - e) Análise das situações justificativas do reconhecimento quer de perdas por imparidade em ativos quer de provisões ;
 - f) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social;
 - g) Análise e teste dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
 - h) Análise das operações e saldos com as entidades relacionadas;
 - i) Apreciação da política de seguros de investimentos detidos, incluindo a atualização dos capitais seguros;
 - j) Verificação das principais variações patrimoniais (positivas e negativas) ocorridas no exercício quanto à sua natureza e conformidade com os princípios contabilísticos aplicáveis.
3. Solicitámos à Administração a Declaração do Órgão de Gestão a que se refere o parágrafo 20 das Normas Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
4. Emitimos a certificação legal das contas, com um ênfase, que aqui se dá por integralmente reproduzida.
5. Em consequência do exame efetuado efetuado, entendemos dever relatar o seguinte:
- 5.1. Em resultado do parecer da Direcção Geral das Autarquias Locais, datado de 1 de abril de 2011, em que se concluiu que a Empresa integrava o Setor Empresarial Local, pela primeira vez, no exercício de 2012, foi celebrado contrato programa com os diferentes municípios acionistas.
- Emitimos parecer do fiscal único sobre os instrumentos de gestão previsional para esse exercício de 2012 que aqui se dá por reproduzido.
- 5.2. A conta "Outras contas a receber" inclui 263.775 euros que, tal como refere o anexo na nota 22, reflete o montante de IVA e IRC pago pela Empresa, resultante da ação inspetiva tributária ao exercício de 2008. No que respeita ao IRC, em 2013, foi dada razão à Empresa e foi-lhe ressarcido o valor que tinha pago. Relativamente ao processo de liquidação de IVA, também em 2013, foi já interpôsto recurso judicial pela empresa. Considerando a evolução do processo de reclamação, por cautela, foi constituída provisão no montante correspondente ao valor já pago.
- 5.3. A Empresa, em 2010, reclassificou os ativos associados a "Bragadas" para "Ativos Intangíveis", no âmbito da IFRIC 12 - "Acordos de concessão de serviços", na medida em que considera que, nos termos do contrato de concessão, se trata apenas de um direito de utilização, não existindo controlo. De facto, é o concedente que controla a infra-estrutura, e que, no final do contrato, essa infra-estrutura reverterá para a sua posse.



5.4. A rubrica "Diferimentos" inclui 430.364 euros, titulados por "Protocolos de contrapartidas" onde estão contabilizados valores para reconhecer em gastos nos próximos exercícios referentes a contrapartidas financeiras atribuídas a alguns dos Municípios acionistas a título de renúncia à prossecução da atividade de produção de energia. O valor diferido teve em conta o período de vida útil de 25 anos para cada um dos Parques Eólicos instalados e do empreendimento hidroelétrico.

O período de vida útil que tem vindo a ser utilizado para os aerogeradores é de 20 anos, para as turbinas 16 anos e para a construção civil (barragem) 30 anos. Se fosse utilizado o critério das concessões de terrenos, teríamos 25 anos e 35 anos, para as eólicas e hídricas, respetivamente.

5.5. A rubrica "Outras contas a pagar" inclui 450.000 euros, que transitam de 2006, respeitantes ao crédito decorrente da aquisição da sociedade "Hidroelétrica de Cavês, Lda", agora designada de "Hidroelétrica de Daivões, Lda", cujo valor ascendeu a 500.000 euros. Segundo a nota 26 do anexo, a deliberação que foi já tomada de dissolução da sociedade, poderá levar a que esta obrigação venha a ser reapreciada.

5.6. A rubrica "Fornecimentos e serviços externos" teve um acréscimo de cerca de 34%, comparativamente com o período homólogo de 2011, justificado, essencialmente, pela rubrica de "Subcontratos", com saldo de 1.493.095 euros.

5.7. Comparativamente com o ano anterior, em 2012 a rubrica de "Donativos" tem o seguinte detalhe:

Descrição	Euros	
	31-dez-12	31-dez-11
Donativo Social - Maj 140%	242.000	950.500
Donativo Social - Maj 130%	25.000	0
Donativo Ambiental - Maj 120%	0	100.000
Donativo Social - Maj 140% n.º 3, art. 2º	0	73.500
Total	267.000	1.124.000

6. Cumpre-nos informar que apreciamos o relatório de gestão, o qual satisfaz os requisitos legais.

7. A partir de 2002, inclusive, por força da Portaria 1446 - C/2001, tornou-se necessário, entre outras obrigações, o seguinte:

- Indicar, na declaração anual de IRC, a existência ou inexistência de operações com entidades em situação de relações especiais e o referido montante, bem como se foi ou não organizado um dossier de documentação justificativa dos preços de transferência praticados.
- Elaborar e manter, para as sociedades com faturação superior a 3 milhões de euros, o dossier de documentação acima referido, com o conteúdo referido no art. 14 da portaria 1446 - C/2001.
- Efetuar, na declaração mod. 22 de IRC, as correções consideradas necessárias na determinação do lucro tributável, no montante correspondente aos efeitos fiscais decorrentes de não terem sido praticados, com entidades não residentes, em situação de relações especiais, termos ou condições idênticas às que seriam adotadas entre entidades independentes em operações comparáveis.

RSM! Patrício, Moreira & Valente

Segundo apurámos, o dossier de documentação justificativa dos preços de transferência praticados encontra-se em fase de elaboração.

8. Desejamos agradecer à Administração e a todo o pessoal da Empresa a boa colaboração que nos prestaram.

Com os nossos melhores cumprimentos,

De V. Exas.
Atentamente



PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)

